

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.241
Total	6.290

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.785.171	2.013.354
1.01	Ativo Circulante	54.722	215.846
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14	26
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.369	188.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	53.369	188.262
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	53.369	188.262
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.332	3.302
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.332	3.302
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7	24.256
1.01.08.03	Outros	7	24.256
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	1	24.250
1.01.08.03.07	Demais ativos	6	6
1.02	Ativo Não Circulante	1.730.449	1.797.508
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.821	12.595
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.515	9.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.515	9.680
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.306	2.915
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.306	2.915
1.02.02	Investimentos	1.713.622	1.784.906
1.02.02.01	Participações Societárias	1.713.622	1.784.906
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.712.644	1.783.928
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	978	978
1.02.03	Imobilizado	4	5
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4	5
1.02.04	Intangível	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2
1.02.04.01.07	Outros	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.785.171	2.013.354
2.01	Passivo Circulante	16.906	147.897
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.492	1.212
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.492	1.212
2.01.02	Fornecedores	133	195
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	133	195
2.01.03	Obrigações Fiscais	211	216
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	211	216
2.01.03.01.02	Tributos correntes a recolher	0	216
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.655	123.783
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.655	123.783
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.655	123.783
2.01.05	Outras Obrigações	1.415	22.491
2.01.05.02	Outros	1.415	22.491
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	227	21.539
2.01.05.02.04	Programa de refinanciamento fiscal	157	157
2.01.05.02.09	Demais obrigações	1.031	795
2.02	Passivo Não Circulante	133.857	136.382
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	121.671	123.878
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	121.671	123.878
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	121.671	123.878
2.02.02	Outras Obrigações	3.687	4.005
2.02.02.02	Outros	3.687	4.005
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	496	614
2.02.02.02.04	Outros tributos	0	107
2.02.02.02.05	Demais Obrigações	3.191	3.284
2.02.04	Provisões	8.499	8.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.499	8.499
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.221	8.221
2.03	Patrimônio Líquido	1.634.408	1.729.075
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	11.014	10.902
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.815	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	13.950	13.639
2.03.04	Reservas de Lucros	977.628	977.628
2.03.04.01	Reserva Legal	68.187	68.187
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	148.793	148.793
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	30.606	30.606
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	665.448	665.448
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-123.537	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.519	-41.830
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.855	6.270
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.037	-7.899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	566	1.727	604	1.832
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69	-291	-180	-285
3.03	Resultado Bruto	497	1.436	424	1.547
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.680	-118.839	-3.896	-16.611
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.231	-11.654	-2.332	-9.102
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	215	160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-325	-1.173	-175	-138
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.236	-106.012	-1.604	-7.531
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	12.236	-106.012	-1.604	-7.531
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.177	-117.403	-3.472	-15.064
3.06	Resultado Financeiro	-2.289	-6.054	-1.632	-4.241
3.06.01	Receitas Financeiras	1.986	6.738	4.538	11.999
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.275	-12.792	-6.170	-16.240
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.888	-123.457	-5.104	-19.305
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.888	-123.457	-5.104	-19.305
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.888	-123.457	-5.104	-19.305
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00610	-0,32000	-0,01320	-0,05000
3.99.01.02	PN	0,00610	0,00000	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00590	-0,32140	-0,01400	-0,05190
3.99.02.02	PN	0,00590	0,00000	0,00000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	5.888	-123.457	-5.104	-19.305
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-772	10.976	614	-2.345
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	49	3.062	220	-1.775
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-9	459	22	-52
4.02.05	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	-402	-1.698	372	-518
4.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais	-410	-1.377	0	0
4.02.07	Deságio Reflexo em Transação de Capital	0	10.530	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.116	-112.481	-4.490	-21.650

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.383	3.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.323	1.811
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-123.457	-19.305
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	11.433	14.697
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1	0
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	106.012	7.531
6.01.01.05	Participação de empregados e administradores	1.138	131
6.01.01.07	Outras receitas, líquidas das despesas	-296	-446
6.01.01.08	Provisões	0	-797
6.01.01.09	Atualização de depósitos judiciais	-154	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.799	-1.757
6.01.02.01	Contas a receber	1	2
6.01.02.02	Tributos	-2.093	-1.834
6.01.02.04	Fornecedores	-653	-555
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	94	102
6.01.02.08	Outras contas ativas e passivas	-148	528
6.01.03	Outros	-24.261	3.901
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-57.116	-47.703
6.01.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	32.855	51.604
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	120.350	62.726
6.02.01	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-14.375	-47.856
6.02.02	Depósitos e bloqueios judiciais	-167	-9
6.02.03	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	0	-3
6.02.04	Aplicações financeiras - Título mantidos para negociação	134.892	110.594
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.979	-66.667
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-66.667	-66.667
6.03.05	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-21.312	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12	14
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26	18
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14	32

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-200	0	0	0	-200
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-200	0	0	0	-200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.457	10.976	-112.481
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.457	0	-123.457
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.976	10.976
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.698	-1.698
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	459	459
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	0	0	0	0	3.062	3.062
5.05.02.09	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-1.377	-1.377
5.05.02.10	Deságio Reflexo em Transação de Capital	0	0	0	0	10.530	10.530
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	312	0	-80	17.782	18.014
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	5.816	5.816
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	312	0	0	0	312
5.06.06	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	19.412	19.412
5.06.07	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-80	-7.446	-7.526
5.07	Saldos Finais	784.004	11.014	977.628	-123.537	-14.701	1.634.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.305	-2.345	-21.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.305	0	-19.305
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.345	-2.345
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-518	-518
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-52	-52
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	0	0	0	0	-1.775	-1.775
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.175	0	0	73.392	76.567
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-6.467	-6.467
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	3.175	0	0	0	3.175
5.06.06	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	83.442	83.442
5.06.07	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	0	-3.583	-3.583
5.07	Saldos Finais	784.004	10.126	986.791	-19.305	-43.143	1.718.473

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	2.013	2.601
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.013	2.135
7.01.02	Outras Receitas	0	466
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.441	-4.182
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-742	-1.331
7.02.04	Outros	-5.699	-2.851
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.428	-1.581
7.04	Retenções	-1	160
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	0
7.04.02	Outras	0	160
7.04.02.01	Provisões	0	160
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.429	-1.421
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-99.274	4.468
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-106.012	-7.531
7.06.02	Receitas Financeiras	6.738	11.999
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-103.703	3.047
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-103.703	3.047
7.08.01	Pessoal	5.886	5.121
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.156	3.711
7.08.01.02	Benefícios	601	580
7.08.01.03	F.G.T.S.	129	226
7.08.01.04	Outros	0	604
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.076	990
7.08.02.01	Federais	972	881
7.08.02.03	Municipais	104	109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.792	16.241
7.08.03.01	Juros	12.652	14.858
7.08.03.02	Aluguéis	140	1.383
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-123.457	-19.305
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-123.457	-19.305

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	6.000.032	5.768.722
1.01	Ativo Circulante	1.361.154	1.718.351
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.497	279.392
1.01.02	Aplicações Financeiras	824.662	1.195.204
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	824.662	1.195.204
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	716.856	1.195.204
1.01.02.01.04	Fundo de Investimento em ações	107.806	0
1.01.03	Contas a Receber	203.493	194.053
1.01.03.01	Clientes	106.887	98.414
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	96.606	95.639
1.01.04	Estoques	4.588	3.902
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.921	40.065
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.921	40.065
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.993	5.735
1.01.08.03	Outros	32.993	5.735
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	67
1.01.08.03.06	Outros tributos	0	4
1.01.08.03.07	Demais ativos	32.993	5.664
1.02	Ativo Não Circulante	4.638.878	4.050.371
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	266.915	234.940
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.142	16.658
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	6	53
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	16.921	0
1.02.01.01.04	Títulos e Valores Mobiliários	55.215	16.605
1.02.01.03	Contas a Receber	31.331	28.986
1.02.01.03.01	Clientes	14.848	15.477
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.483	13.509
1.02.01.06	Tributos Diferidos	56.186	30.057
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.186	30.057
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	59.447	99.314
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	59.447	99.314
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.809	59.925
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	39.630	33.922
1.02.01.09.14	Demais ativos	8.179	26.003
1.02.02	Investimentos	4.222.410	3.684.312
1.02.02.01	Participações Societárias	675.954	914.736
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	664.283	912.286
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	11.671	2.450
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.546.456	2.769.576
1.02.03	Imobilizado	21.928	21.607
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.928	21.607
1.02.04	Intangível	127.625	109.512
1.02.04.01	Intangíveis	127.625	109.512
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	10.753	11.709
1.02.04.01.07	Outros	4.526	3.423
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	110.359	88.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.04.01.12	Intangível em formação	1.987	6.211

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	6.000.032	5.768.722
2.01	Passivo Circulante	442.751	504.873
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.705	24.564
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.705	24.564
2.01.02	Fornecedores	44.963	30.438
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.963	30.438
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.171	25.968
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.171	25.968
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.554	18.277
2.01.03.01.02	Tributos correntes a recolher	5.617	7.691
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	309.071	341.392
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	309.071	341.392
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	309.071	341.392
2.01.05	Outras Obrigações	44.841	82.511
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	425	447
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	425	447
2.01.05.02	Outros	44.416	82.064
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	818	43.907
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	13.552	12.826
2.01.05.02.09	Demais obrigações	30.046	25.331
2.02	Passivo Não Circulante	2.236.738	2.274.739
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.017.920	1.879.106
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.017.920	1.879.106
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.017.920	1.879.106
2.02.02	Outras Obrigações	116.935	326.480
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	116	203.437
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	116	203.437
2.02.02.02	Outros	116.819	123.043
2.02.02.02.04	Outros tributos	71	268
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	25.213	26.965
2.02.02.02.13	Demais obrigações	91.535	95.810
2.02.03	Tributos Diferidos	67.821	35.409
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.821	35.409
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.447	32.185
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	6.374	3.224
2.02.04	Provisões	34.062	33.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.062	33.744
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.044	2.209
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.940	8.943
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	23.078	22.592
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.320.543	2.989.110
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	11.014	10.902
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.815	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	13.950	13.639

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	977.628	977.628
2.03.04.01	Reserva Legal	68.187	68.187
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	148.793	148.793
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	30.606	30.606
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	665.448	665.448
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-123.537	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.519	-41.830
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.855	6.270
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.037	-7.899
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.686.135	1.260.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	148.138	411.924	101.300	291.226
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.828	-129.237	-27.288	-80.098
3.03	Resultado Bruto	100.310	282.687	74.012	211.128
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-37.928	-427.789	-49.489	-137.983
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.854	-83.952	-27.148	-72.082
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.807	193.826	8.468	29.151
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.020	-35.185	-7.209	-19.189
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.861	-502.478	-23.600	-75.863
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-7.861	-502.478	-23.600	-75.863
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.382	-145.102	24.523	73.145
3.06	Resultado Financeiro	-44.685	-84.458	-4.659	-25.347
3.06.01	Receitas Financeiras	34.131	110.964	40.323	102.377
3.06.02	Despesas Financeiras	-78.816	-195.422	-44.982	-127.724
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.697	-229.560	19.864	47.798
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.541	-11.851	-10.247	-30.128
3.08.01	Corrente	-9.085	-30.029	-8.240	-23.144
3.08.02	Diferido	17.626	18.178	-2.007	-6.984
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.238	-241.411	9.617	17.670
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	26.238	-241.411	9.617	17.670
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.888	-123.457	-5.104	-19.305
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	20.350	-117.954	14.721	36.975
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00610	-0,32000	-0,01320	-0,05000
3.99.01.02	PN	0,00610	0,00000	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00590	-0,32140	-0,01400	-0,05190
3.99.02.02	PN	0,00590	0,00000	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	26.238	-241.411	9.617	17.670
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.867	12.363	772	-2.955
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	152	5.352	278	-2.237
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-30	823	29	-65
4.02.06	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	-1.638	-2.603	465	-653
4.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais	-1.351	-4.476	0	0
4.02.08	Deságio Reflexo em transação de Capital	0	13.267	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	23.371	-229.048	10.389	14.715
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.116	-112.481	-4.491	-21.650
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	18.255	-116.567	14.880	36.365

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.259	110.890
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	351.500	297.155
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-229.560	47.798
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	141.545	127.679
6.01.01.03	Depreciação e amortização	63.193	32.043
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	7.384	909
6.01.01.05	Provisões	7.008	-797
6.01.01.06	Atualização de depósitos judiciais	-328	0
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	502.478	75.863
6.01.01.08	Perda na baixa de ativo permanente	737	1.786
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	11.204	8.274
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	0	180
6.01.01.14	Ganho/(perda) de participação	-55.574	-1.814
6.01.01.15	Deságio em Investimentos	-421	0
6.01.01.16	Ganho na apuração do valor justo	-106.320	0
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	3.752	6.420
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	6.402	-1.186
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-55.944	16.423
6.01.02.01	Contas a receber	-3.798	-36.537
6.01.02.02	Estoques	-1.069	-2.577
6.01.02.03	Tributos	22.817	24.424
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.162	0
6.01.02.06	Despesas antecipadas	5.767	-685
6.01.02.09	Fornecedores	-20.309	124.698
6.01.02.10	Salários, encargos sociais e benefícios	-11.159	-10.671
6.01.02.14	Outras contas ativas e passivas	-47.031	-82.229
6.01.03	Outros	-280.297	-202.688
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-230.701	-161.867
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-56.775	-54.977
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre Capital Próprio recebidos	7.179	14.156
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.178.642	-1.289.379
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-353.988	-558.123
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-1.158.154	-42.717
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-167	8
6.02.09	Créditos com Empresas Ligadas - Recebimento	-19.964	-195
6.02.10	Aplicações financeiras - Títulos Mantidos para Negociação	353.631	-688.352
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.130.488	709.483
6.03.01	Captações, líquidas de custos	367.211	677.772
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-163.032	-346.077
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-50.770	-31.516
6.03.08	Aumento de capital	977.079	409.304
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.895	-469.006
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	279.392	931.546

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.497	462.540

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075	1.260.035	2.989.110
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075	1.260.035	2.989.110
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-200	0	0	0	-200	819.690	819.490
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	820.112	820.112
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	-328	-328
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-200	0	0	0	-200	6.058	5.858
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-7.712	-7.712
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-511	-511
5.04.13	Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	2.071	2.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.457	10.976	-112.481	-116.567	-229.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.457	0	-123.457	-117.954	-241.411
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.976	10.976	1.387	12.363
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.698	-1.698	-905	-2.603
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	459	459	364	823
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	3.062	3.062	2.290	5.352
5.05.02.10	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-1.377	-1.377	-3.099	-4.476
5.05.02.11	Deságio Reflexo na Transação de Capital	0	0	0	0	10.530	10.530	2.737	13.267
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	312	0	-80	17.782	18.014	-277.023	-259.009
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	5.816	5.816	-1.783	4.033
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	276	276
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	312	0	0	0	312	3	315
5.06.07	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	19.412	19.412	-272.874	-253.462
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-80	-7.446	-7.526	-2.645	-10.171
5.07	Saldos Finais	784.004	11.014	977.628	-123.537	-14.701	1.634.408	1.686.135	3.320.543

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	187.012	187.012
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	205.740	205.740
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	-7.768	-7.768
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-6.156	-6.156
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.126	-4.126
5.04.13	Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	-678	-678
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.305	-2.345	-21.650	36.365	14.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.305	0	-19.305	36.975	17.670
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.345	-2.345	-610	-2.955
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-518	-518	-135	-653
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-52	-52	-13	-65
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-1.775	-1.775	-462	-2.237
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.175	0	0	73.392	76.567	85.199	161.766
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-6.467	-6.467	18	-6.449
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	2.972	2.972
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	3.175	0	0	0	3.175	-38	3.137
5.06.07	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	83.442	83.442	82.598	166.040
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	0	-3.583	-3.583	-351	-3.934
5.07	Saldos Finais	784.004	10.126	986.791	-19.305	-43.143	1.718.473	1.246.836	2.965.309

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	623.782	354.497
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	458.325	318.560
7.01.02	Outras Receitas	172.841	35.028
7.01.02.01	(Ganho)/ Perda de participação	55.574	1.814
7.01.02.03	Deságio em Investimento	421	0
7.01.02.04	Ganho na apuração do valor justo	106.320	0
7.01.02.05	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.526	33.214
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.384	909
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-94.789	-80.866
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.087	-36.980
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.986	-38.836
7.02.04	Outros	-8.716	-5.050
7.03	Valor Adicionado Bruto	528.993	273.631
7.04	Retenções	-70.491	-31.933
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.193	-32.043
7.04.02	Outras	-7.298	110
7.04.02.01	Provisões	-7.105	160
7.04.02.02	Outras	2	-50
7.04.02.03	Perdas em Processos Judiciais	-195	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	458.502	241.698
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-391.514	26.514
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-502.478	-75.863
7.06.02	Receitas Financeiras	110.964	102.377
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.988	268.212
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.988	268.212
7.08.01	Pessoal	64.486	54.182
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.060	40.006
7.08.01.02	Benefícios	9.436	9.347
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.903	3.072
7.08.01.04	Outros	87	1.757
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.582	61.267
7.08.02.01	Federais	35.936	53.409
7.08.02.02	Estaduais	2.174	2.233
7.08.02.03	Municipais	6.472	5.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	199.331	135.093
7.08.03.01	Juros	186.104	124.252
7.08.03.02	Aluguéis	3.846	4.431
7.08.03.03	Outras	9.381	6.410
7.08.03.03.01	Dividendos fixos e atualização monetária nas ações preferenciais resgatáveis	0	6.410
7.08.03.03.02	Outras remunerações de capitais de terceiros	9.381	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-241.411	17.670
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-123.457	-19.305
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-117.954	36.975

Comentário do Desempenho

A Companhia é uma holding, que por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto concentra seus investimentos nos segmentos de negócios de Shopping Centers, Telecomunicações e Contact Center e Serviços.

O segmento de Shopping Centers é representado pela sua controlada operacional Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) e os segmentos de Telecomunicações e Contact Center e Serviços são representados pela sua participação indireta em conjunto nas companhias Oi S.A. (“Oi”) e Contax Participações S.A. (“Contax Participações”), respectivamente, através da sua participação direta na Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”).

O resultado operacional individual da Companhia provém basicamente do resultado da equivalência patrimonial nas investidas Iguatemi e Jereissati Telecom.

Já o resultado consolidado da Companhia, compreende tanto o resultado da controlada Jereissati Telecom, que também é uma holding e seu resultado operacional provém de equivalência patrimonial, como o resultado operacional da Iguatemi. Conseqüentemente o desempenho operacional e indicadores financeiros da Companhia, são representados pelo desempenho e indicadores financeiros da Iguatemi.

A participação indireta na Oi e na Contax Participações estão representados no resultado da Companhia, por equivalência patrimonial, através da Jereissati Telecom.

As controladas são companhias abertas e remetem regularmente à CVM seus relatórios trimestrais e o desempenho de suas operações.

Para maiores informações sobre o desempenho das operações da Iguatemi, vide suas Informações Trimestrais arquivadas na CVM em 03 de novembro de 2014.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Jereissati Participações S.A., sociedades controladas e negócios controlados em conjunto, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Depósitos e bloqueios judiciais
13. Investimentos (*inclui Propriedades para investimentos*)
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Demais ativos
17. Empréstimos e financiamentos (*inclui debêntures*)
18. Programa de refinanciamento fiscal
19. Provisões
20. Demais obrigações
21. Patrimônio líquido
22. Benefícios a empregados
23. Informações por segmento
24. Transações com partes relacionadas
25. Seguros
26. Outras informações relevantes
27. Eventos subsequentes
28. Aprovação das Informações Trimestrais - ITR

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Companhia

A Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

A Companhia é uma holding, que a partir de 1º de julho de 2013 passou a ser controlada pela JP Participações S.A. (“JPP”). Em 30 de setembro de 2014, a JPP detém das ações em circulação da Companhia, 71,73% do seu capital total e 87,79% do seu capital votante.

A Companhia, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto concentra seus investimentos nos segmentos de Shopping Centers, Telecomunicações e Contact Center e Serviços.

Segmento de Shopping Centers

O investimento no segmento de Shopping Centers é representado pela participação direta da Companhia na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) e suas controladas. Em 30 de setembro de 2014 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 51,50% do seu capital total e votante.

A controlada direta Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Segmento de Telecomunicações

O investimento no segmento de Telecomunicações é representado pela participação direta da Companhia na Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e sua participação indireta no negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e Sayed RJ Participações S.A. (“Sayed”). Em 30 de setembro de 2014 a Companhia detém, das ações em circulação da Jereissati Telecom, 79,37% do seu capital total e 80,01% e votante.

Notas Explicativas

A controlada direta Jereissati Telecom, é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação.

A Sayed, controlada da Jereissati Telecom, com sede à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 401 (parte), Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, é sociedade anônima, que tem como propósito único servir como instrumento de simplificação societária em atendimento a reorganização societária referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom. Em 30 de setembro de 2014, a Jereissati Telecom possui 34,97% do seu capital total e 50% mais 1 (uma) ação do seu capital votante (Nota 1 (c)).

Também em consequência da referida reorganização, a Jereissati Telecom passou deter participação direta de 1,58% no capital total e votante da Telemar; participação direta de 9,95% no capital total e votante da CTX (Nota 1 (c)); e a deter 100% de participação do capital da Nanak RJ Participações S.A. (“Nanak”) e a Nanak conseqüentemente passou a ser cotista do Caravelas Fundo de Investimento em Ações (“FIA Caravelas”).

A Nanak, com sede à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 401 (parte), Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, é sociedade anônima, que tem como propósito único servir como instrumento de simplificação societária em atendimento a reorganização societária referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom, possuindo como principal ativo, 11,465% do FIA Caravelas (Nota 1 (c)).

O FIA Caravelas foi constituído em 18 de fevereiro de 2014, com o propósito de servir como veículo no processo de simplificação societária em atendimento a reorganização referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom (Nota 1 (c)).

A Jereissati Telecom possui 100% da Infinity Trading Limited. (“Infinity”), e participação direta e indireta da Oi S.A. (“Oi”).

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel” ou “LF”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar” ou “TelPart”); da Oi S.A., da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas. Em consequência de sua cisão e da cisão da LF Tel, a EDSP75 passou a deter 100% de participação no capital social da LF Tel e a Detmold RJ Participações S.A. (“Detmold”) passou a ter 100% do capital da Dronten RJ Participações S.A. (“Dronten”), companhias que passaram a deter as participações no segmento de Contact Center e Serviços (Nota 1 (c)).

A LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Oi S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas. Em 30 de setembro de

Notas Explicativas

2014 a LF Tel detém das ações da Telemar, 37,19% do seu capital total e votante; das ações em circulação da Oi, 0,83% do capital total (Nota 1 (c)).

O negócio controlado em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 30 de setembro de 2014 a Telemar detém, das ações em circulação da Oi, 3,18% do seu capital total e 8,99% do seu capital votante.

Cumpra esclarecer que a diluição do percentual de participação da Telemar no capital social da Oi deveu-se ao aumento de capital desta, que constitui uma das etapas da Reorganização Societária em curso (Nota 26 (i)). Não obstante, a Telemar permanece como controladora da Oi considerando: (i) A Telemar continua a figurar como controladora da Oi S.A., nos termos dos aditivos aos acordos de acionistas que se aplicam à Telemar e à Oi S.A. celebrados em 19 de fevereiro de 2014, uma vez que sua determinação de voto deve ser acompanhada pelas ações que os demais acionistas da Telemar detêm diretamente na Oi S.A.; e (ii) O Conselho de Administração da Oi S.A. não foi alterado em função do aumento de capital.

A Oi é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Oi ainda possui: (i) através da sua controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da sua controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

A Oi é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Oi e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT”), foi aprovado o aumento de capital da Oi mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefone fixo é efetuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), inicialmente, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado desde então e revogado pelo Decreto Lei nº 35/2014 de 7 de março, o qual entrou em vigor em 1 de junho de

Notas Explicativas

2014. Em virtude desta revogação em 9 de maio de 2014, o ICP-ANACOM emitiu à PT Comunicações a autorização para prestação do serviço de telefonia fixa (Declaração ICP-ANACOM N° 03/2014). A PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas e serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Os serviços de telefonia móvel são prestados pela Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("Meo, S.A."), através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 por um período inicial de 15 anos e renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos. Em dezembro de 2011, a MEO, S.A. adquiriu a licença móvel de quarta geração ("licença 4G"), através da qual presta serviços desde 2012 usando a tecnologia "Long Term Evolution" ("LTE"), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de velocidade de banda larga. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias "Mobile Telecommunications Limited" ("MTC"), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST"). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação direta de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola.

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Telemar, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 30 de setembro de 2014 detém, das ações em circulação da Oi, 0,48% do seu capital total e 1,47% do seu capital votante.

A Bakarne era uma subsidiária integral da Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora. Em reunião de diretoria da Telemar realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da Bakarne, tendo sido a mesma liquidada em 2 de julho de 2014.

Segmento de Contact Center e Serviços

O investimento no segmento de Serviços de Contact Centers e Cobrança é representado pela participação indireta da Companhia na Dronten, que em 30 de setembro de 2014, possui 34,96% do capital total e votante da CTX; e pela participação indireta através da Jereissati Telecom, que em 30 de setembro de 2014, detém 9,95% do capital total e votante da CTX e das ações em circulação da Contax Participações, 0,24% do seu capital total e 0,14% do seu capital votante (Nota 1 (c)).

Notas Explicativas

O negócio controlado em conjunto CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como principais controladas indiretas a Contax Mobitel S.A. (“Contax Mobitel”), a TODO Tecnologia da Informação S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira (“Contax Argentina”), a Ability Trade Marketing Colômbia S.A.S (“Ability Colômbia”), a Venecia SP Participações S.A. (“Venecia”) e a Stratton Spain S.L (“Stratton Espanha”) que em conjunto com as suas controladas Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), Multienlace S.A. (“Multienlace”), são denominadas como (“Grupo Allus”). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros, com exceção da Venecia que não possui operações. Em 30 de setembro de 2014 a CTX detém das ações em circulação da Contax Participações, 58,21% do capital votante e 27,45% do capital total. A Contax Participações, por sua vez, em 30 de setembro de 2014 detém 100% do capital da Contax Mobitel.

Outros Segmentos de Negócios

A Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. (“Sollers”) investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. (“BRIO”), uma empresa constituída com o objetivo de estruturar e investir em ativos imobiliários em geral (à exceção de Shopping Centers).

A BRIO é uma sociedade controlada pela Companhia que em 30 de setembro de 2014 detém 55% do seu capital total. O seu principal objetivo é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro, e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários.

(b) Reorganização Societária da Companhia

A reorganização societária planejada previa (i) a incorporação pela Companhia de sua atual controladora, JP Participações S.A. – a qual detém das ações em circulação da Companhia, 71,73% do seu capital total e 87,79% do seu capital votante; (ii) a conversão da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial de sua emissão (“Conversão de Ações”); (iii) a adoção pela Companhia das mais elevadas práticas de governança corporativa, incluindo a adoção de um Estatuto Social nos moldes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (iv) a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA, em caráter transitório; e (v) a listagem da Companhia no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, uma vez atendido os requisitos de dispersão exigidos naquele segmento especial de listagem (“Reorganização Societária”).

Em 28 de janeiro de 2014, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Companhia, com relação à Conversão de Ações e a alteração do percentual do dividendo obrigatório para 25% do lucro líquido ajustado, aprovadas na assembleia geral extraordinária e na assembleia especial realizadas em 27 de dezembro de 2013, tendo sido apurado o exercício do direito de retirada por acionistas titulares de 50.000 ações ordinárias e 50.218.613

Notas Explicativas

ações preferenciais de emissão da Companhia, o que, com base no valor patrimonial de R\$1,74602 por ação, totalizaria um desembolso de R\$87.770 pela Companhia.

Em virtude dos impactos que o pagamento do eventual reembolso traria às finanças da Companhia, em sua Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014, foi aprovada a proposta de reconsideração da Reorganização Societária da Companhia.

(c) Reorganização Societária envolvendo União das atividades da Oi S.A. e PT

Em conformidade com o disposto nos itens (b) e (c) do Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e PT (Nota 26 (i)) e com o objetivo de simplificar a referida estrutura societária e segregar os ativos de Telecomunicações e Call Center e capitalizar as companhias LF e Telemar para a conclusão das participações da LF Tel, Jereissati Telecom e do Caravelas Fundo de Investimento em Ações, acima mencionadas, em 21 de março de 2014 ocorreu a cisão parcial da EDSP75 e em 5 de maio de 2014 ocorreram os seguintes eventos: (i) a cisão parcial desproporcional da LF Tel; (ii) celebração do Contrato de Permuta de Participação Societária entre a Jereissati Telecom e Bratel Brasil S.A. e (iii) Integralização e Conversão das Debêntures emitidas pela Sayed, EDSP75, LF Tel e Telemar.

Cisão parcial da EDSP75

Em Assembleia Geral Extraordinária da EDSP75, realizada em 21 de março de 2014, foi aprovado, dentre outros itens, (i) a sua cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela empresa Detmold; (ii) Protocolo e Justificação da cisão parcial da EDSP75 e Incorporação do Acervo Cindido pela Detmold; e (iii) Grupamento da totalidade das ações ordinárias da EDSP75 à razão de 1: 0,8444382 sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital da EDSP75 de 960.922.047 para 811.439.257 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas neste momento, da seguinte forma:

Acionistas da EDSP75	Quantidade de ações antes do Grupamento	Quantidade de ações pós o Grupamento
Jereissati Telecom S.A.	624.599.331	527.435.517
Bratel Brasil S.A.	336.322.716	284.003.740
Total	960.922.047	811.439.257

Em decorrência da cisão parcial da EDSP75, o seu patrimônio líquido foi reduzido em R\$419.697, tendo sido contabilizado contra a conta de Reserva de capital, e por isso, não acarretou redução do seu capital social e cancelamento de ações.

Os ativos e passivos vertidos para a empresa Detmold estão apresentados a seguir:

	EDSP75			
	Saldos em 31/12/2013	Acervo cindido vertido para Detmold	Variações patrimoniais do período ^(*)	Saldos em 28/02/2014 pós cisão
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	-	-
Créditos com partes relacionadas	203.437	203.437	-	-
Investimentos	818.614	216.360	27.164	575.090

Notas Explicativas

Total do Ativo	1.022.058	419.804	27.164	575.090
Passivos com partes relacionadas	107	107		-
Capital social integralizado	122.354	-	-	122.354
Reservas de capital	1.344.675	419.697	(1)	924.979
Prejuízos Acumulados	(227.044)	-	-	(227.044)
Ajuste de avaliação patrimonial	(215.081)	-	141	(215.223)
Outros resultados abrangentes	(2.952)	-	(146)	(2.806)
Prejuízo do período	-	-	27.170	(27.170)
Total do Patrimônio Líquido	1.021.951	419.697	27.164	575.090
Total do Passivo	1.022.058	419.804	27.164	575.090

(*) Variações patrimoniais entre a data base de 31 de dezembro de 2013 e período findo em 28 de fevereiro de 2014.

A Detmold teve seu capital social aumentado em R\$419.697, com a emissão de 149.482.789 ações ordinárias, sendo estas novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela incorporação do acervo cindido da EDSP75, que foi atribuído aos seus acionistas Jereissati Telecom S.A. e Bratel Brasil S.A. Desta forma o capital social da Detmold passou a ser R\$419.698 representado por 149.483.689 ações ordinárias e sem valor nominal conforme composição acionária a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações antes da incorporação do acervo da Companhia	Quantidade de ações após a incorporação do acervo da Companhia	% Participação
Jereissati Telecom S.A.	900	97.164.398	65%
Bratel Brasil S.A.	-	52.319.291	35%
Total	900	149.483.689	100%

Nesta mesma data, a Diretoria da Detmold aprovou o grupamento de suas ações à razão de 1: 0,999994, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital da Detmold de 149.483.689 para 149.482.789 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas, da seguinte forma:

Acionistas da Detmold	Quantidade de ações antes do Grupamento	Quantidade de ações pós o Grupamento	% Participação
Jereissati Telecom S.A.	97.164.398	97.163.813	65%
Bratel Brasil S.A.	52.319.291	52.318.976	35%
Total	149.483.689	149.482.789	100%

Após a incorporação da parcela cindida da EDSP75, os ativos e passivos incorporados pela Detmold, estão apresentados a seguir:

Detmold			
Saldos em 31/12/2013	Acervo cindido incorporado	Variações patrimoniais do período (*)	Saldos em 28/02/2014 pós

Notas Explicativas

				incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	1	8	-	9
Créditos com partes relacionadas	-	203.437	-	203.437
Investimentos	-	216.360	(9.483)	206.877
Total do Ativo	1	419.804	(9.483)	410.323
Passivos com partes relacionadas	-	107	2	110
Capital social integralizado	1	419.697	-	419.698
Variações patrimoniais de cisão	-	-	(9.485)	(9.485)
Total do Patrimônio Líquido	1	419.697	(9.485)	410.213
Total do Passivo	1	419.804	-	9.483

(*) Variações patrimoniais entre a data base de 31 de dezembro de 2013 e período findo em 28 de fevereiro de 2014.

Aumento de Capital da Sayed

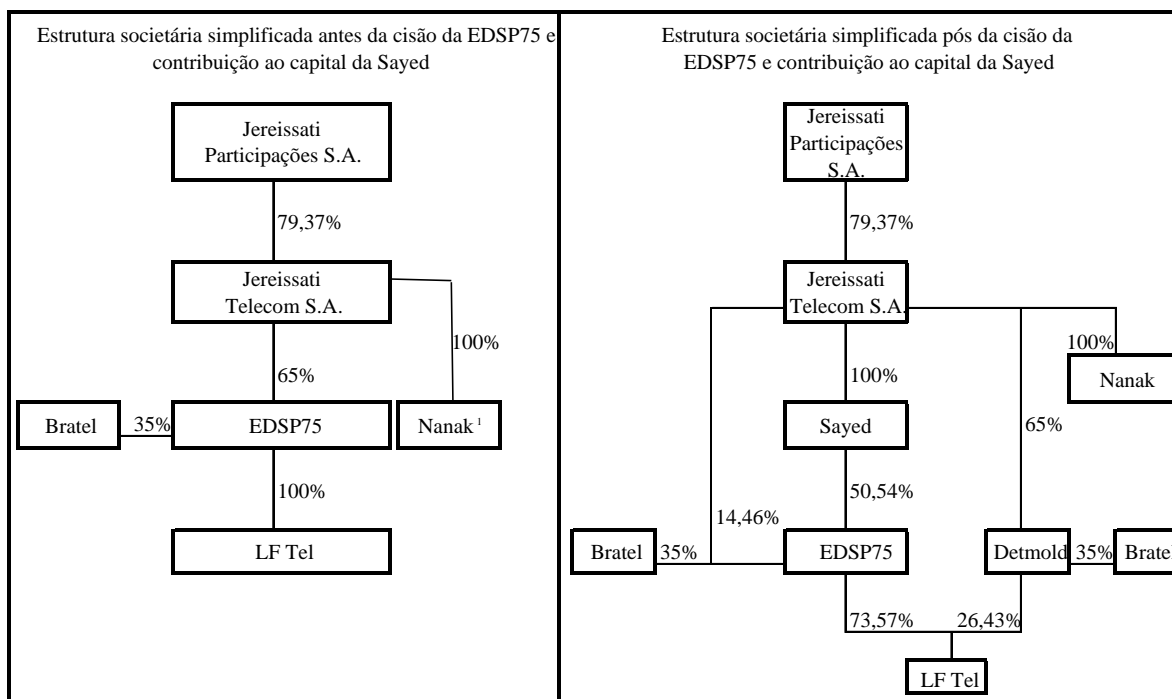
Em Assembleia Geral Extraordinária da Sayed, realizada em 24 de março de 2014, foi aprovado o seu aumento de capital no valor R\$290.654, mediante a emissão de 410.105.500 novas ações ordinárias e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Jereissati Telecom S.A., mediante a conferência ao capital da Sayed de 410.106.400 ações ordinárias da EDSP75 de titularidade da Jereissati Telecom S.A.

Após a conferência ao capital da Sayed a posição acionária da EDSP75 ficou assim representada:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Participação</u>
Sayed RJ Participações S.A.	410.106.400	50,54%
Jereissati Telecom S.A.	117.329.117	14,46%
Bratel Brasil S.A.	284.003.740	35,00%
	811.439.257	100,00%

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a cisão parcial da EDSP75 e da contribuição ao capital da Sayed:

Notas Explicativas



¹ A empresa Nanak RJ Participações S.A. foi adquirida em outubro de 2013 possuindo nesta data um capital no valor de \$900.00.

Cisão da LF Tel

Em Assembleia Geral Extraordinária da LF Tel, realizada em 5 de maio de 2014, foi aprovado, dentre outros itens, (i) a sua cisão parcial desproporcional, com a incorporação da parcela cindida pela empresa Dronten; (ii) Protocolo e Justificação da cisão parcial desproporcional da LF Tel e Incorporação do Acervo Cindido pela Dronten; e (iii) Desdobramento das ações ordinárias da LF Tel na proporção de 1,3592497.

A posição acionária da LF Tel antes de sua cisão parcial desproporcional e após a cisão parcial da EDSP75, era assim composta:

Acionistas da LF Tel	Quantidade de ações ordinárias antes da cisão desproporcional	% Participação no capital total e votante
EDSP75	706.950.349	73,57%
Detmold	253.971.697	26,43%
Total	960.922.046	100,00%

Os ativos e passivos vertidos para a empresa Dronten estão apresentados a seguir:

	LF Tel S.A.		
	Saldos em 30/04/2014	Acervo cindido e vertido para Dronten	Saldos LF Tel pós cisão
Ativo circulante	14.383	3.089	11.294
Caixa e equivalentes de caixa	8.951	-	8.951
Aplicações financeiras	1.680	-	1.680
Tributos a recuperar	79	-	79
Dividendos a receber	3.089	3.089	-

Notas Explicativas

Outros tributos	400	-	400
Demais ativos	184	-	184
Ativo não circulante	844.658	66.043	778.615
Ativo realizável a longo prazo	220	-	220
Investimentos	844.438	66.043	778.394
Total do ativo	859.041	69.132	789.909
Passivo circulante	160.529	512	160.017
Empréstimos e financiamentos	159.295	-	159.295
Fornecedores	431	-	431
Obrigações trabalhistas e sociais	292	-	292
Dividendos a pagar	512	512	-
Passivo não circulante	544.863	7.600	537.263
Empréstimos e financiamentos	533.476	-	533.476
Partes relacionadas	7.600	7.600	-
Provisões	3.786	-	3.786
Patrimônio líquido	153.649	61.020	92.629
Total do passivo	859.041	69.132	789.909

Em decorrência da cisão parcial desproporcional da LF Tel, o seu patrimônio líquido foi reduzido em R\$61.020, contabilizado contra a conta de Reserva de capital, com sua respectiva redução e cancelamento 253.971.697 de ações ordinárias. Nesta mesma data foi autorizado o desdobramento de ações da LF Tel na proporção de 1,3592497, passando o seu capital a ser dividido em 960.922.046 ações ordinárias e sem valor nominal, que corresponde ao número de ações original da LF Tel, todas de titularidade da EDSP75.

A Dronten teve seu capital social aumentado em R\$61.020, com a emissão de 149.481.889 ações ordinárias, sendo estas novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela incorporação do acervo cindido da LF Tel. Desta forma o capital social da Dronten passou a ser R\$61.021 representado por 149.482.789 ações ordinárias e sem valor nominal, todas de titularidade da Detmold.

Contrato de Permuta de Participações Societárias

Nesta mesma data, a Jereissati Telecom e a Bratel Brasil S.A., com os objetivos de (i) segregar as participações detidas na CTX e Contax Participações e (ii) permitir que a Portugal Telecom deixasse de ter participação em sociedades de *contact center* e concentrasse seus investimentos no Brasil exclusivamente em atividades de telecomunicações, celebraram um Contrato de Permuta de Participações Societárias sem torna (“Permuta”).

Após a implementação da cisão da EDSP75 realizada em 21 de março de 2014 e da cisão da LF Tel, a composição do capital das companhias EDSP75, Detmold, Dronten, CTX e Contax Participações, ficaram distribuídas da seguinte forma:

- EDSP75 passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital da LF Tel, e a sua posição acionária, imediatamente antes da Permuta, passou a ter a seguinte composição:

Notas Explicativas

Acionistas da EDSP75	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação no capital total e votante
Sayed	410.106.400	50,54%
Bratel Brasil S.A.	284.003.740	35,00%
Jereissati Telecom	117.329.117	14,46%
Total	811.439.257	100,00%

- A Detmold passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital da Dronten, e a sua posição acionária, imediatamente antes da Permuta, passou a ter a seguinte composição:

Acionistas da Detmold	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação
Jereissati Telecom S.A.	97.163.813	65%
Bratel Brasil S.A.	52.318.976	35%
Total	149.482.789	100%

- A Dronten passou a ser titular de (i) 2.652.644 ações ordinárias e 10.610.576 ações preferencias representando 3,86% do capital total da Contax Participações e (ii) 2.182.441.621 ações ordinárias representando 34,96% do capital da CTX.

O capital da CTX passou a ter a seguinte posição acionária:

Acionistas da CTX	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação
Dronten	2.182.441.621	34,96%
AG Telecom Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%
Bratel Brasil S.A.	1.242.262.444	19,90%
Outros	635.379.159	10,18%
Total	6.242.524.845	100,00%

O capital da Contax Participações passou a ter a seguinte composição acionária

Acionistas Contax Participações	ON	%	PN	%	TOTAL	%
CTX	69.486.980	58,21%	24.947.900	11,11%	94.434.880	27,45%
Bratel Brasil S.A.	4.292.096	3,60%	17.168.384	7,64%	21.460.480	6,24%
Dronten	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
AG Telecom Participações S.A.	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
Fund Atlântico de Seg Social	772.270	0,65%	3.089.080	1,38%	3.861.350	1,12%
Ações em circulação	39.517.062	33,10%	158.207.603	70,43%	197.724.665	57,47%
Total excluindo ações em tesouraria	119.373.696	100,00%	224.634.119	100,00%	344.007.815	100,00%

Nos termos da Permuta celebrada, a Jereissati Telecom permutou 117.329.117 ações ordinárias de emissão da EDSP75, representando 14,46% de sua participação no capital social total e votante da EDSP75 por (i) 52.318.976 ações de emissão da Detmold detidas Bratel Brasil S.A., representando 35% do capital total e votante da Detmold; (ii) 50% da totalidade de 1.242.262.444 das ações de emissão da CTX detidas pela Bratel Brasil, representado 19,90% do capital total e votante da CTX e (iii) 50% da totalidade de 21.460.480 das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Bratel Brasil, representando 6,24% do capital total e 3,60% do capital votante da Contax Participações.

Notas Explicativas

Em razão da Permuta, a Portugal Telecom e a Bratel Brasil S.A. deixaram de ser acionistas, direta ou indiretamente, da CTX, da Contax e da Detmold, e os demais acionistas da EDSP75 passaram a ser, direta ou indiretamente, titulares das ações do capital da CTX e Contax ora detidas, direta ou indiretamente, pela Portugal Telecom e os únicos acionistas das Detmold.

A posição acionária da CTX e Contax Participações após a Permuta passou a ter a seguinte composição acionária:

Acionistas da CTX	Quantidade de ações ordinárias pós Permuta	% Participação
Dronten	2.182.441.621	34,96%
AG Telecom Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%
Jereissati Telecom	621.131.222	9,95%
AG S.A.	621.131.222	9,95%
Outros	635.379.159	10,18%
Total	6.242.524.845	100,00%

Acionistas Contax Participações	ON	%	PN	%	TOTAL	%
CTX	69.486.980	58,21%	24.947.900	11,11%	94.434.880	27,45%
Jereissati Telecom	2.146.048	1,80%	8.584.192	3,82%	10.730.240	3,12%
AG S.A.	2.146.048	1,80%	8.584.192	3,82%	10.730.240	3,12%
Dronten	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
AG Telecom Participações S.A.	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
Fund Atlântico de Seg Social	772.270	0,65%	3.089.080	1,38%	3.861.350	1,12%
Ações em circulação	39.517.062	33,10%	158.207.603	70,43%	197.724.665	57,47%
Total excluindo ações em tesouraria	119.373.696	100,00%	224.634.119	100,00%	344.007.815	100,00%

Também nesta data, AG, LF Tel, a Fund Atlântico de Seg Social (“FATL”) e Portugal Telecom, com a interveniência de CTX, Contax, Portugal Telecom, PASA, EDSP75, AG S.A., Jereissati Telecom, Bratel Brasil, Detmold, AG Contact Center Participações S.A., celebraram aditivo ao Acordo de Acionistas da CTX e da Contax (“Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações”), com o objetivo de substituir AG e LF Tel pela Pasa Contact Center Participações S.A. e Dronten como partes do Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações, bem como prever a desvinculação da Portugal Telecom e da Bratel Brasil do Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações.

Valor justo

A permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo das participações na data da transação, como segue:

	Valor contábil	Ajuste a valor justo (i)	Valor justo em 5/5/2014
Ativos recebidos			
Participação de 9,95% no capital da CTX Participações S.A.	11.807	23.420	35.227
Participação de 3,11919% no capital da Contax Participações S.A.	13.069	21.697	34.766
Participação de 35% no capital da Detmold RJ Participações S.A.	97.568	(39.206)	58.362
	122.444	5.911	128.355
Ativo cedido			
Valor contábil da participação de 14,46% da EDSP75 detida nesta data pela Jereissati Telecom			22.035

Notas Explicativas

Ganho na apuração do valor justo (Nota 6)

106.320

- (i) O valor justo das participações foi determinado com base no valor de mercado das ações da Contax Participações, na data de 5 de maio de 2014. A Jereissati Telecom encontra-se em processo de mensuração dos ativos e passivos identificáveis para a alocação do valor justo apurado.

Com o objetivo de retornar ao percentual de sua participação anterior a reorganização, nos meses junho, julho e agosto de 2014, a Jereissati Telecom reduziu sua participação na Contax Participações, considerando o valor justo das participações, no qual não foram apurados impactos relevantes no seu resultado.

Integralização e conversões das debêntures

Sayed

Em Assembleia Geral Extraordinária da Sayed, realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a inclusão no Estatuto Social da Sayed de previsão de emissão de ações preferenciais pela Sayed, sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; (ii) a conversão de uma debênture da primeira emissão da Sayed em 410.106.399 ações ordinárias e 352.862.887 ações preferenciais da Sayed, tendo sido integralmente integralizada pela PTB2 S.A.; (iii) o aumento de capital da Sayed em R\$938.544 em decorrência da conversão da debênture referida no item (ii), e (iv) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sayed.

Após a integralização e conversão da referida debênture, o capital da Sayed passou a ser de R\$1.229.199 dividido em 820.212.799 ações ordinárias e 352.862.887 ações preferenciais passando a ter a composição acionária a seguir:

Acionistas da Sayed	Ações ordinárias	% Participação	Ações preferenciais	% Participação	Total	% Participação
PTB2 S.A.	410.106.399	50,00%	352.862.887	100,00%	762.969.286	65,04%
Jereissati Telecom	410.106.400	50,00%	-	-	410.106.400	34,96%
Total	820.212.799	100,00%	352.862.887	100,00%	1.173.075.686	100,00%

Em consequência ao aumento de capital da Sayed, (i) a participação da controlada direta Jereissati Telecom passou de 100% para 34,96%. Em virtude desta diluição, a Jereissati Telecom reconheceu um ganho, líquido da perda de variação de percentual de participação no montante de R\$278.126, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento próprios”. Este ganho foi parcialmente compensado pela perda registrada em decorrência dos efeitos de diluição em virtude do aumento de capital na Oi (Nota 26 (i)).

A Companhia, em decorrência da sua participação direta na Jereissati Telecom, reconheceu um ganho, líquido da perda de variação de percentual de participação no montante de R\$220.748, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexo”, compensado parcialmente pela perda registrada em decorrência dos efeitos de diluição em virtude do aumento de capital na Oi (Nota 26 (i)).

EDSP75

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária da EDSP75 realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a inclusão no Estatuto Social da EDSP75 de previsão de emissão de ações preferenciais, sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; (ii) a conversão de (a) uma debênture Série A da primeira emissão da EDSP75 em 762.969.285 ações ordinárias e (b) uma debênture Série B da primeira emissão da EDSP75 em 762.969.285 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais da EDSP75; (iii) o aumento de capital da EDSP75 em R\$2.394.000 em decorrência da conversão das debêntures referidas no item (ii); e (iv) a alteração do artigo 5º do seu Estatuto Social.

A integralização da debênture Serie A, com valor nominal de R\$938.544, convertida em 762.969.285 ações ordinárias foi totalmente integralizada pela Sayed; a integralização da debênture Série B, com valor nominal de R\$1.455.456 convertida em 762.969.285 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais da EDSP75, foi totalmente integralizada pela Bratel Brasil S.A.

Após a integralização e conversão das referidas debêntures, o capital da EDSP75 passou a ser de R\$2.516.354 dividido em 2.337.377.827 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais passando a ter a composição acionária a seguir:

Acionistas da EDSP75	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Sayed	1.173.075.685	50,19%	-	-	1.173.075.685	42,54%
Bratel Brasil S.A.	1.164.302.142	49,81%	420.211.919	100,00%	1.584.514.061	57,46%
Total	2.337.377.827	100,00%	420.211.919	100,00%	2.757.589.746	100,00%

Em consequência ao aumento de capital da EDSP75, (i) a participação da controlada indireta Sayed passou de 50,54% para 42,54%. Em virtude desta diluição, a controlada indireta Sayed registrou um ganho no seu resultado, na linha de “Ganhos, líquidos de perdas de participações”, no montante R\$67.673.

A Jereissati Telecom, em decorrência da sua participação direta na Sayed, reconheceu um ganho, diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$23.665. A Companhia, em decorrência da sua participação direta na Jereissati Telecom, também reconheceu um ganho no seu resultado, na linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante R\$18.783.

LF Tel

Em Assembleia Geral Extraordinária da LF Tel realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a conversão de uma debênture da quinta emissão da LF Tel, no valor de R\$2.394.000 em 1.359.384.726 ações, totalmente integralizada pela EDSP75; (ii) o aumento de capital da LF Tel R\$2.394.000 em decorrência da conversão da referida debênture e (iii) a alteração do artigo 5º do seu Estatuto Social.

Após a conversão da debênture e respectivo aumento de capital de R\$2.394.000, o capital da LF Tel passou a ser R\$2.779.180 dividido em 2.320.306.772 ações ordinárias e sem valor nominal, todas de titularidade da EDSP75.

Telemar

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária da Telemar, realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados:

- a) a conversão de 2 (duas) debêntures da Décima Segunda Emissão (Segunda Emissão Privada) da Telemar, no valor total de R\$3.428.000 em 4.424.095.424 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão. As 2 (duas) debêntures ora convertidas em ações ordinárias da Telemar são de titularidade das acionistas AG Telecom Participações S.A. e LF Tel S.A.;
- b) o aumento de capital da Telemar no valor de R\$3.428.000 em decorrência da conversão das debêntures referidas acima, sendo o valor de R\$2.675.370 destinado à conta do capital social e o saldo, no valor de R\$752.630, destinado à conta de reserva de capital da Telemar, com a emissão de 4.424.095.424 (ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 2.212.047.712 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela AG Telecom Participações S.A.; (ii) 2.212.047.712 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela LF Tel S.A.;
- c) o resgate antecipado da totalidade das ações preferenciais resgatáveis (600.003) ações pelo BNDESPAR, no valor de R\$743.773, acrescida de juros no montante de R\$306.149 e dividendos fixos no valor de R\$75.757. O referido resgate não reduziu o capital da Telemar, tendo sido as mesmas canceladas após o resgate.

Após os atos societários acima o capital social da Telemar passou para R\$4.596.511 dividido em 7.600.369.419 ações ordinárias e de ação nominativas e sem valor nominal, e conseqüentemente a LF Tel passou a deter 37,19% das ações representativas do capital da Telemar correspondente a 2.826.846.254 ações ordinárias.

Em consequência ao aumento de capital da Telemar, a controlada indireta LF Tel registrou uma perda no seu resultado, na linha de “Perdas, líquidas de ganhos de participações” no montante de R\$1.076.503, compensada parcialmente pelo ganho gerado em virtude do seu aumento de participação na Telemar, no montante de R\$792.588, gerando um efeito líquido negativo nos seus resultados no montante de R\$283.915, impactando o resultado de equivalência patrimonial da EDSP75, controladora da LF Tel, no mesmo montante, no valor de R\$283.915. Já a Sayed, controladora em conjunto da EDSP75, registrou na linha de equivalência patrimonial, uma perda no valor R\$120.778.

Em decorrência da participação indireta detida na LF Tel, a Jereissati Telecom registrou uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$42.236. Conseqüentemente, a Companhia também registrou uma perda diretamente no seu resultado, na linha de equivalência patrimonial, no montante de R\$33.523.

Nanak

Em 5 de maio de 2014, dos recursos obtidos por meio da integralização da totalidade da primeira emissão privada de 125.000 debêntures simples da Nanak (Nota 17), o valor de R\$125.000, foi destinado exclusivamente ao aporte de capital no FIA Caravelas, passando a deter 11,465%.

Aporte no Caravelas Fundo de Investimento em Ações - FIA

Em 5 de maio de 2014, o Fundo de investimento em ações - FIA Caravelas recebeu um aporte de capital no valor de R\$1.090.200. A totalidade dos recursos do referido aporte foi destinada a

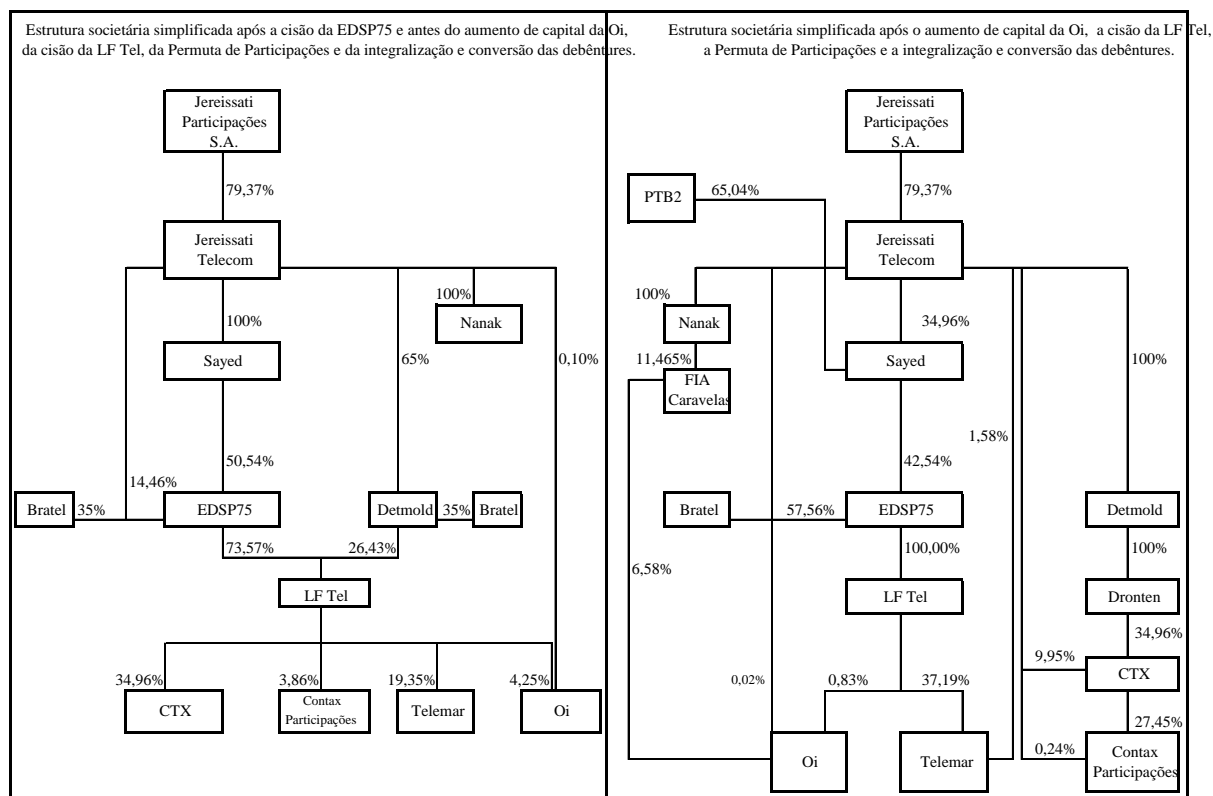
Notas Explicativas

participação do aumento de capital da Oi, passando o FIA Caravelas a deter das ações em circulação da Oi, 6,58% do seu capital total, correspondente a 171.362.482 ações ordinárias e 359.171.518 ações preferenciais.

Após o referido aporte de capital, o FIA Caravelas passou a ter a seguinte composição de quotistas:

Acionista da Companhia/Quotista	Percentual de Participação
BTG Pactual	55,95%
AG Tel Participações S.A.	11,465%
Nanak RJ Participações S.A.	11,465%
FATL	21,11%
Total	100,00%

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após o aumento de capital da Oi, a cisão parcial desproporcional da LF Tel, as permutas de participações societárias e a conversão das debêntures em ações.



Quadro resumo dos efeitos da reorganização societária descritos acima e dos efeitos de diluição em virtude ao aumento de capital da Oi.

Eventos	Resumo dos impactos da reorganização mensurados pelas participações diretas e indiretas de cada investimento					
	Telemar	LF Tel	EDSP75	Sayed	Jereissati Telecom	Companhia

Notas Explicativas

Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela Telemar na Oi (Nota 26 (i))	(2.340.339)	(870.454)	(807.733)	(357.577)	(248.438)	(197.185)
Efeitos do aumento de capital na Sayed em virtude da participação direta detida da Jereissati Telecom na Sayed (Nota 1 (c))	-	-	-	-	278.126	220.748
Efeitos de diluição contabilizados diretamente no Patrimônio líquido, na linha "Variação de participações em investimento" (i)	(2.340.339)	(870.454)	(807.733)	(357.577)	29.688	23.563
Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela LF Tel na Oi (Nota 26 (i))	-	(528.110)	(455.020)	(209.855)	(217.297)	(172.468)
Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela Jereissati Telecom na Oi (Nota 26 (i))	-	-	-	-	(11.923)	(9.464)
Efeitos do aumento de capital na Telemar em virtude da participação direta detida da LF na Telemar (Nota 1 (c))	-	(283.915)	(283.915)	(120.778)	(42.236)	(33.523)
Efeitos do aumento de capital na EDSP75 em virtude da participação direta detida da Sayed na EDSP75 (Nota 1 (c))	-	-	-	67.673	23.665	18.783
Efeitos de diluição contabilizados diretamente no resultado do período	-	(812.025)	(738.935)	(262.960)	(247.791)	(196.672)
Efeito do ganho na apuração do valor justo em virtude da permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel.	-	-	-	-	106.320	84.386
Efeito total contabilizado no resultado do período (ii)	-	(812.025)	(738.935)	(262.960)	(141.471)	(112.286)
Impacto total no patrimônio líquido das companhias	(2.340.339)	(1.682.479)	(1.546.668)	(620.537)	(111.783)	(88.722)

- (i) A Companhia adotou como prática contábil, registrar diretamente no patrimônio líquido, os efeitos das diluições nas participações indiretas dos investimentos e nas participações dos investimentos cujo controle é integral. Para os efeitos de diluição das participações diretas, cujo controle é em conjunto, a Companhia registrou estes efeitos diretamente no resultado do período.
- (ii) Na Companhia, a linha de equivalência patrimonial (Nota 13 (a)), foi impactada negativamente pelos efeitos da reorganização, conforme demonstrado no quadro acima, no montante R\$112.286.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas a seguir, as quais devem ser lidas em conjunto com as Notas 1 (c) e 26 (i) destas Informações Trimestrais.

Sociedade	Atividade	País sede	Participação Acionária			
			Direta		Indireta	
			30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Segmento de Shopping Centers						
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	Holding	Brasil	51,50%	51,64%	0,65%	0,65%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. ("Rio Pinheiros") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("EDR47") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda ("IESTAPA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,14%	52,29%
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	18,77%	18,83%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%

Notas Explicativas

Ltda ("MPPart") (i)						
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG) (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	26,15%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,72%	41,83%
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	17,38%	17,43%
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRIP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	33,38%	26,15%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("01JJ") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,72%	41,83%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Iguatemi Outlets do Brasil ("OLNH") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Participações e Comércio Anhumas Ltda ("ANHU") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,15%	52,29%
Segmento de Telecomunicações						
Jereissati Telecom S.A. (i)	Holding	Brasil	79,37%	79,37%	-	-
Sayed RJ Participações S.A. (i)	Holding	Brasil	-	-	27,75%	-
EDSP75 Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	11,80%	51,59%
Detmold RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
Dronten RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
LF TEL S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	11,80%	51,59%
Nanak RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
Telemar Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	5,64%	9,98%
Oi S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	0,32%	4,15%
Segmento de Contact Center e Cobrança						
CTX Participações S.A.(ii)		Brasil	-	-	35,65%	18,04%
Contax Participações S.A.(ii)		Brasil	-	-	10,17%	8,93%
Contax S.A. (ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	-	6,94%
Contax Mobitel.(ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	9,98%	6,94%
Ability (ii)	Trade marketing	Brasil	-	-	9,98%	6,94%
TODO BPO (ii)	Tecnologia da informação	Brasil	-	-	9,98%	6,94%
BRC - XVI Empreendimentos Imobiliários.(ii)	Projeto Nova Luz	Brasil	-	-	9,98%	6,94%
Contax Argentina (ii)	Teleatendimento em geral	Argentina	-	-	9,98%	6,94%
Ability Colômbia (ii)	Trade marketing	Colômbia	-	-	9,98%	6,94%
Stratton Espanha (ii)	Teleatendimento em geral	Espanha	-	-	9,98%	6,94%
Venezia (ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	9,98%	6,94%
Outras companhias						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A.(i)	Gestão e administração da propriedade imobiliária	Brasil	55,00%	55,00%	-	-
FIP GJ Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	60,14%	40,71%	15,82%	23,53%
FIP BRIO Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	44,44%	71,43%	-	-
Valverde Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	5,64%	10,00%
Alium Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	39,69%	25,80%
Infinity Trading Limited (i)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	-	79,37%	79,37%
Bakarne Investments Ltd (ii)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	10,00%

- (i) Controladas diretas e indiretas da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais Individuais e consolidadas integralmente nas Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia.
- (ii) Negócios controlados em conjunto indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Informações Trimestrais são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas.

As Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As Informações Trimestrais individuais da controladora preparadas, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As Informações Trimestrais Individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, negócios controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas Informações Trimestrais Individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2014 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013.

(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia, de suas controladas e de seus negócios controlados em conjunto, se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos, incluem estimativas referentes ao reconhecimento de receitas, à provisão para crédito de liquidação duvidosa, à redução ao valor recuperável de ativos de longa duração, instrumentos financeiros derivativos, à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões para benefícios a empregados, às provisões de participações dos empregados no resultado, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares. No período findo em 30 de setembro de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15, Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida para entidades que reportam em IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando a nova norma para determinação dos efeitos na adoção.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	30/09/2014			Controladora 31/12/2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	14	26	-	26
Aplicações financeiras	53.369	-	53.369	188.262	-	188.262
Dividendos a receber	-	1	1	-	24.250	24.250
Total	53.383	1	53.384	188.288	24.250	212.538

	30/09/2014		Controladora 31/12/2013	
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	1.492	1.492	1.212	1.212

Notas Explicativas

Fornecedores	133	133	195	195
Empréstimos e financiamentos	135.326	135.326	247.661	247.661
Dividendos a pagar	227	227	21.539	21.539
Programa de refinanciamento fiscal	653	653	771	771
Total	137.831	137.831	271.378	271.378

	30/09/2014			Consolidado 31/12/2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	246.497	-	246.497	279.392	-	279.392
Aplicações financeiras	788.998	-	788.998	1.211.862	-	1.211.862
Fundo de investimento em ações	107.806	-	107.806	-	-	-
Contas a receber	-	234.824	234.824	-	223.039	223.039
Dividendos a receber	-	-	-	-	67	67
Empréstimos a receber	-	6.969	6.969	-	9.383	9.383
Créditos com outras partes relacionadas	-	59.447	59.447	-	99.314	99.314
Total	1.143.301	301.240	1.444.541	1.491.254	331.803	1.823.057

	30/09/2014		Consolidado 31/12/2013	
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	22.705	22.705	24.564	24.564
Fornecedores	44.963	44.963	30.438	30.438
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.326.991	2.326.991	2.220.498	2.220.498
Passivos com partes relacionadas	541	541	203.884	203.884
Dividendos a pagar	818	818	43.907	43.907
Programa de refinanciamento fiscal	38.765	38.765	39.791	39.791
Outras contas a pagar	34.871	34.871	58.495	58.495
Total	2.469.654	2.469.654	2.621.577	2.621.577

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

Notas Explicativas

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A tabela abaixo demonstra a hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013.

		Valor justo			
		Controladora		Consolidado	
Ativos	Hierarquia do valor justo	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Equivalentes de caixa	Nível 2 ^(*)	14	26	246.497	279.392
Aplicações financeiras	Nível 2	53.369	188.262	712.088	1.190.569
Fundo de investimento em ações	Nível 1	-	-	107.806	-
Ações de companhias fechadas	Nível 3	-	-	47.850	16.605
CDB – Certificados de Depósito Bancário	Nível 1	-	-	17.684	-
Fundo de investimento em cotas	Nível 3	-	-	9.688	-
Títulos públicos	Nível 1	-	-	1.168	53
Debêntures compromissadas	Nível 1	-	-	520	1.747
Outras aplicações	Nível 3	-	-	-	2.888
Total dos ativos		53.383	188.288	1.143.301	1.491.254

(*) Na Controladora Nível 1.

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas e negócios controlados em conjunto não consolidados nas suas Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

As controladas diretas e indiretas consolidadas e os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados, usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada e negócio controlado em conjunto.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos para Companhia e suas controladas consolidadas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos financeiros estão assim representados no balanço:

	30/09/2014		Controladora 31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	Ativo			
Aplicações financeiras	53.369	53.369	188.262	188.262
	53.369	53.369	188.262	188.262

	30/09/2014		Consolidado 31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	Ativo			
Equivalentes de caixa	224.769	224.769	238.874	238.874
Aplicações financeiras	788.998	788.998	1.211.862	1.211.862
	1.013.767	1.013.767	1.450.736	1.450.736

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consolidadas nas Informações Trimestrais da Companhia possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia, possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros da LIBOR, no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consolidadas em suas Informações Trimestrais consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas. Para os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia, este risco estende-se também à taxa LIBOR USD e a EURIBOR.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, TJLP e CDI. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento de cada período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/09/2014								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
10,81%	5,00%	6,75%	13,51%	6,25%	8,44%	16,22%	7,50%	10,13%

Em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora						
30/09/2014						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total

Notas Explicativas

<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	13.311	25.922	15.756	879	55.868
Total vinculado a taxas de juros		13.311	25.922	15.756	879	55.868
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	16.758	34.119	23.707	1.758	76.342
Total vinculado a taxas de juros		16.758	34.119	23.707	1.758	76.342
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	20.250	43.053	33.654	2.994	99.951
Total vinculado a taxas de juros		20.250	43.053	33.654	2.994	99.951
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>						
Cenário Possível – Cenário Provável		3.447	8.197	7.951	879	20.475
CDI		3.447	8.197	7.951	879	20.475
Cenário Remoto - Cenário Provável		6.939	17.131	17.898	2.115	44.083
CDI		6.939	17.131	17.898	2.115	44.083

Consolidado						
30/09/2014						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	159.296	281.903	215.653	175.079	831.931
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	11.560	26.636	13.878	11.363	63.437
Dívidas em TR	Alta do TR	27.618	51.395	48.134	143.138	270.285
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	27.995	32.645	8.260	909	69.809
Total vinculado a taxas de juros		226.469	392.579	285.925	330.489	1.235.462
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	190.866	348.824	277.295	224.332	1.041.317
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	13.995	30.926	15.732	12.324	72.977
Dívidas em TR	Alta do TR	27.731	51.795	48.819	150.268	278.613
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	31.969	37.317	9.459	1.041	79.786
Total vinculado a taxas de juros		264.561	468.862	351.305	387.965	1.472.693
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	222.304	418.569	346.149	280.376	1.267.398
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	16.485	35.318	17.612	13.353	82.768
Dívidas em TR	Alta do TR	27.845	52.195	49.515	157.592	287.147
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	35.904	41.941	10.645	1.172	89.662
Total vinculado a taxas de juros		302.538	548.023	423.921	452.493	1.726.975

Notas Explicativas

<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>					
Cenário Possível – Cenário Provável	38.092	76.283	65.380	57.476	237.231
CDI	31.570	66.921	61.642	49.253	209.386
IPCA	2.435	4.290	1.854	961	9.540
TR	113	400	685	7.130	8.328
TJLP	3.974	4.672	1.199	132	9.977
Cenário Remoto - Cenário Provável	76.069	155.444	137.996	122.004	491.513
CDI	63.008	136.666	130.496	105.297	435.467
IPCA	4.925	8.682	3.734	1.990	19.331
TR	227	800	1.381	14.454	16.862
TJLP	7.909	9.296	2.385	263	19.853

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Os riscos de crédito da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de crédito de suas controladas que representam os segmentos de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

Segmento de Telecomunicações

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Segmento de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação

Notas Explicativas

nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Segmento de Contact Center e Cobrança

O risco de crédito em relação às contas a receber do Segmento de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

Segmento de Shopping Centers

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Segmento de Telecomunicações

Os recursos gerados são utilizados, principalmente, para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A Oi e suas controladas possuem duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

Notas Explicativas

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 17, na seção “*Covenants*” para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Informações Trimestrais da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

(f) Risco de aspecto regulatório

O Segmento de Telecomunicações no qual a Companhia concentra seus investimentos, embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”). Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Oi, negócio controlado em conjunto não consolidado nas Informações Financeiras da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Oi junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, foi firmado junto à ANATEL e ao

Notas Explicativas

Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;

- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(g) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	660	703	165.877	113.521
Deduções da receita bruta				
Tributos	(94)	(99)	(11.127)	(9.675)
Outras deduções	-	-	(6.612)	(2.546)
	(94)	(99)	(17.739)	(12.221)
Receita de vendas e/ ou serviços	566	604	148.138	101.300

Período de nove meses findo em

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.013	2.135	458.458	327.359
Deduções da receita bruta				
Tributos	(286)	(303)	(30.496)	(27.334)
Outras deduções	-	-	(16.038)	(8.799)
	(286)	(303)	(46.534)	(36.133)
Receita de vendas e/ ou serviços	1.727	1.832	411.924	291.226

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	-	-	(23.228)	(11.488)
Pessoal	(1.933)	(1.694)	(19.015)	(16.491)
Estacionamento	-	-	(8.976)	(4.468)
Serviços de terceiros	(294)	(230)	(7.815)	(7.557)
Perdas sobre contas a receber	-	-	(6.120)	(1.570)
Fundo de promoção	-	-	(2.133)	(1.659)
Outros custos e despesas	(2.073)	(588)	(6.395)	(11.203)
	(4.300)	(2.512)	(73.682)	(54.436)

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Classificadas como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(69)	(180)	(47.828)	(27.288)
Despesas gerais e administrativas	(4.231)	(2.332)	(25.854)	(27.148)
	(4.300)	(2.512)	(73.682)	(54.436)

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(1)	-	(61.867)	(31.810)
Pessoal	(5.457)	(5.163)	(51.097)	(45.713)
Serviços de terceiros	(742)	(1.285)	(26.725)	(22.374)
Estacionamento	-	-	(24.559)	(15.229)
Perdas sobre contas a receber	-	-	(7.384)	(909)
Fundo de promoção	-	-	(6.076)	(4.976)
Outros custos e despesas	(5.745)	(2.939)	(35.481)	(31.169)
	(11.945)	(9.387)	(213.189)	(152.180)

Notas Explicativas

Classificadas como:	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(291)	(285)	(129.237)	(80.098)
Despesas gerais e administrativas	(11.654)	(9.102)	(83.952)	(72.082)
	(11.945)	(9.387)	(213.189)	(152.180)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Período de três meses findo em		
	Controladora	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	-	6.154	-
Receita líquida na revenda de pontos	-	5.532	6.325
Ganhos de participações	-	-	247
Reversão provisão processos judiciais	215	-	215
Outras receitas	-	4.121	1.681
	215	15.807	8.468

Outras despesas operacionais	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Provisão e baixa de investimentos e outros ativos	-	-	(7.386)	-
Participação dos empregados e administradores	(291)	(175)	(3.574)	(3.066)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(1.251)	(2.140)
Provisões para perdas em processos judiciais	-	-	(485)	-
Amortização de intangível	-	-	(378)	(74)
Perda na baixa de ativo permanente	-	-	(308)	-
Perdas de participação societária	-	-	(298)	-
Tributos	-	-	(78)	(84)
Outras despesas	(34)	-	(6.262)	(1.845)
	(325)	(175)	(20.020)	(7.209)

Outras receitas operacionais	Período de nove meses findo em		
	Controladora	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Ganho na apuração do valor justo (i)	-	106.320	-
Ganhos de participações (ii)	-	55.574	1.814
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (iii)	-	13.246	14.667
Receita líquida na revenda de pontos	-	11.396	7.866
Deságio em investimentos	-	421	-
Reversão provisão processos judiciais	160	-	160
Outras receitas	-	6.869	4.644
	160	193.826	29.151

Notas Explicativas

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Outras despesas operacionais				
Participação dos empregados e administradores	(1.138)	(131)	(11.204)	(8.274)
Provisão e baixa de investimentos e outros ativos	-	-	(7.386)	-
Remunerações baseadas em ações	-	-	(3.752)	(6.420)
Amortização de intangível	-	-	(1.326)	(233)
Perda na baixa de ativo permanente	-	-	(737)	(1.786)
Provisões para perdas em processos judiciais	-	-	(485)	-
Tributos	-	-	(237)	(255)
Perdas em processos judiciais	-	-	(195)	-
Outras despesas	(35)	(7)	(9.863)	(2.221)
	(1.173)	(138)	(35.185)	(19.189)

- (i) Ganho na apuração do valor justo da permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel (Nota 1(c)).
- (ii) Em 30 de setembro de 2014, o saldo refere-se substancialmente ao ganho de participações, referente a conversão e integralização das debêntures da EDSP75 (Nota 1 (c)), líquido da perda da participação direta na Oi detida pela Jereissati Telecom em virtude do aumento de capital da Oi (Nota 26 (i)).
- (iii) Em 30 de setembro de 2014 o saldo refere-se substancialmente a venda de terreno na modalidade de permuta física para construção de torres residenciais. Em 30 de setembro de 2013 o saldo refere-se substancialmente a venda de terreno na modalidade de permuta física, para construção de torres comerciais no futuro Shopping Center de São José do Rio Preto.

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Rendimentos de aplicações financeiras	1.616	4.350	14.592	36.658
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	317	188	18.834	3.316
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	301	78
Atualização monetária de depósitos judiciais	53	-	79	-
Dividendos recebidos	-	-	1	4
Outras receitas	-	-	324	267
	1.986	4.538	34.131	40.323

Despesas financeiras	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013

Notas Explicativas

Juros sobre debêntures	-	-	(34.105)	(27.581)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(4.154)	(5.487)	(27.367)	(14.902)
Perda com ativos financeiros a valor justo	-	-	(14.351)	-
Juros sobre impostos e contribuições parcelados e refinanciamento fiscal	(3)	-	(208)	-
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	-	-	(140)	518
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(39)	(32)	(69)	(72)
Atualização monetária de provisões	-	-	-	(112)
Outras despesas	(79)	(651)	(2.576)	(2.833)
	(4.275)	(6.170)	(78.816)	(44.982)
	(2.289)	(1.632)	(44.685)	(4.659)

Receitas financeiras	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Rendimentos de aplicações financeiras	5.417	11.272	79.345	89.639
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	901	503	29.638	11.514
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	464	221
Atualização monetária de depósitos judiciais	154	-	328	-
Dividendos recebidos	262	224	288	228
Outras receitas	4	-	901	775
	6.738	11.999	110.964	102.377

Despesas financeiras	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Juros sobre debêntures	-	-	(100.397)	(70.463)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(12.436)	(14.696)	(66.949)	(48.570)
Perda com ativos financeiros a valor justo	-	-	(18.100)	-
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(3)	(3)	(816)	(553)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados e refinanciamento fiscal	(9)	-	(342)	-
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(117)	(96)	(235)	(194)
Atualização monetária de provisões	-	-	-	(180)
Outras despesas	(227)	(1.445)	(8.583)	(7.764)
	(12.792)	(16.240)	(195.422)	(127.724)
	(6.054)	(4.241)	(84.458)	(25.347)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Notas Explicativas

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findo em	
	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Tributos correntes	(9.085)	(8.240)
Tributos diferidos	17.626	(2.007)
Total	8.541	(10.247)

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Resultado antes dos impostos e das participações	5.888	(5.104)	17.697	19.864
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	(32.792)	(19.415)
Total do resultado tributável	5.888	(5.104)	(15.095)	449
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(2.002)	1.735	5.132	(153)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	(1)	-	11.287	(625)
Efeito tributário sobre exclusões (adições) temporárias	(188)	-	(1.248)	-
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	4.160	(545)	(2.673)	(8.024)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(1.970)	(1.406)	(9.433)	(1.311)
Ajustes do Regime Transitório de Transição (RTT)	-	-	(363)	-
Outros	1	216	5.838	(134)
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	-	-	8.541	(10.247)

	Período de nove meses findo em	
	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Tributos correntes	(30.029)	(23.144)
Tributos diferidos	18.178	(6.984)
Total	(11.851)	(30.128)

	Período de nove findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Resultado antes dos impostos e das participações	(123.457)	(19.305)	(229.560)	47.798
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	(90.768)	(68.597)
Total do resultado tributável	(123.457)	(19.305)	(320.328)	(20.799)

Notas Explicativas

IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	41.975	6.564	108.912	7.072
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	88	80	33.202	(5.438)
Efeito tributário sobre exclusões (adições) temporárias	(169)	-	(3.440)	-
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	(36.044)	(2.561)	(170.843)	(25.793)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(5.850)	(4.621)	(11.779)	(6.309)
Ajustes do Regime Transitório de Transição (RTT) (iii)	-	-	32.028	-
Outros	-	538	69	340
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	-	-	(11.851)	(30.128)

- (i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.
- (ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iii) Referem-se a ajustes do RTT, substancialmente referente ao efeito do ganho na apuração do valor justo em virtude da permuta de participações entre a controlada Jereissati Telecom e a Bratel (Nota 1 (c)).

No consolidado, as despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidas da controlada Iguatemi, no terceiro trimestre de 2014, foram impactadas positivamente pelo reconhecimento de créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, no montante de R\$16.808. Deste montante, (i) R\$6.102 são relativos a créditos resultantes da aplicação do art. 2º da Lei 12.973/14, referente a dedutibilidade dos gastos com a emissão de ações da controlada Iguatemi ocorrida em 2013, (ii) R\$6.690 são relativos à aplicação do art. 4º da Lei 11.941/2009, referente a não computação na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social da parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal em decorrência da adesão ao REFIS pela controlada Iguatemi, ocorrida em dezembro de 2013 e (iii) R\$4.016 relativos às reapresentações das DIPJs de 2010 a 2013 em função da regularização de pagamentos de INSS do mesmo período. O imposto de renda e a contribuição social correntes do trimestre totalizaram R\$8.303. Vale ressaltar que os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados pela controlada Iguatemi neste trimestre, além dos já existentes até então, serão utilizados para a quitação de 70% de todos os valores do REFIS em aberto desde novembro do ano corrente. Os demais 30% serão quitados em dinheiro, conforme estabelece a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014.

As Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/2014 (Medida Provisória 627 de 2013)

Notas Explicativas

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia optou pela não adoção antecipada na sua DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) entregue a Receita Federal do Brasil em 21 de outubro de 2014.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são classificadas caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio do fundo de investimento, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos, sendo que é garantido resgate imediato dos recursos no fundo, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa	14	26	21.728	40.518
Equivalentes de caixa (i) e (ii)	-	-	224.769	238.874
Total	14	26	246.497	279.392

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (ii)	53.369	188.262	712.088	1.190.569
Fundo de investimentos em ações (iii)	-	-	107.806	-
Ações de companhias fechadas	-	-	47.850	16.605
CDB – Certificados de Depósito Bancário (iv)	-	-	17.684	-
Fundo de investimentos em cotas	-	-	9.688	-
Títulos públicos	-	-	1.168	53
Debêntures compromissadas	-	-	520	1.747
Outras aplicações	-	-	-	2.888
Aplicações financeiras	53.369	188.262	896.804	1.211.862

Notas Explicativas

Circulante	53.369	188.262	824.662	1.195.204
Não circulante	-	-	72.142	16.658

- (i) Referem-se a Fundos de investimentos
- (ii) Os fundos de investimentos são compostos substancialmente por fundos de renda fixa, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 8,17% para o período findo em 30 de setembro de 2014 e rendimentos acumulados de 7,70% no ano de 2013.
- (iii) Refere-se ao FIA Caravelas (Nota 1(c))
- (iv) Refere-se substancialmente a aplicações em certificados de depósitos bancários junto ao Banco Santander (Brasil S.A.), que tem por objetivo a garantia do empréstimo na modalidade de crédito imobiliário firmado entre a controlada Iguatemi e (i) a Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF e o Banco Santander em 8 de agosto de 2006; e (ii) Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda em 31 de agosto de 2006.

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Títulos públicos	-	-	224.769	238.874
Títulos classificados em equivalentes de caixa	-	-	224.769	238.874
Títulos públicos	35.059	81.468	244.814	471.107
Títulos privados	11.407	56.082	411.962	546.278
CDB – Certificado de Depósito Bancário	2.850	27.312	34.329	122.015
Outros	4.053	23.400	20.982	51.169
Títulos classificados em aplicações financeiras	53.369	188.262	712.087	1.190.569
Fundos de investimentos	53.369	188.262	936.856	1.429.443

10. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Venda de imóveis (i)	113.088	109.148
Aluguéis a receber	112.260	94.513
Co-participação a receber (ii)	30.723	33.494
Outros	270	625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.517)	(14.741)
Total	234.824	223.039
Circulante	203.493	194.053
Não circulante	31.331	28.986

- (i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis realizadas pelas investidas CS41, SCRIP e SJRP no consolidado, atualizado mensalmente pelo INCC/FGV.

Notas Explicativas

- (ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado conforme o prazo do aluguel contratado.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	30/09/2014		31/12/2013	
		%		%
A vencer	217.354	84,8%	210.581	88,6%
Vencidas até 60 dias	21.060	8,2%	17.552	7,4%
Vencidas de 61 a 90 dias	2.450	1,0%	2.267	1,0%
Vencidas de 91 a 120 dias	11.628	4,5%	5.074	2,1%
Vencidas de 121 a 360 dias	2.724	1,1%	1.245	0,5%
Vencidas há mais de 360 dias	1.125	0,4%	1.061	0,4%
Total	256.341	100%	237.780	100%

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2013	(14.741)
Constituições, líquidas de reversões e baixas definitivas	(6.776)
Saldo em 30/09/2014	(21.517)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Tributos correntes a recuperar				
Impostos retidos na fonte - IR/CS (i)	1.320	-	12.326	-
Antecipação de imposto de renda (i)	-	3.272	3.081	13.889
Antecipação de contribuição social (i)	-	30	1.612	2.849
Impostos a recuperar (iii)	-	-	11.403	-
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa	-	-	15.029	-
Outros tributos correntes	12	-	5.470	23.327
	1.332	3.302	48.921	40.065
Tributos diferidos e a recuperar				
IR e CS - sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	4.187	-
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (ii)	-	-	36.095	16.385
Impostos a recuperar (iii)	13.515	9.680	15.904	13.672
	13.515	9.680	56.186	30.057

Notas Explicativas

Circulante	1.332	3.302	48.921	40.065
Não circulante	13.515	9.680	56.186	30.057

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de Impostos de Renda (“IR”), Contribuição social (“CS”) e créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento do exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias relacionadas às provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de até 7 anos.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R\$44.072 (31/12/2013 - R\$33.667). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$46.499 (31/12/2013 – R\$51.422).

- (iii) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Cíveis	-	-	31.814	26.022
Trabalhistas	3.304	2.913	4.096	4.112
Tributários	2	2	3.720	3.788
Total	3.306	2.915	39.630	33.922

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.686.705	1.771.040	655.433	908.742
Mais valia (Nota 1 (c))	-	-	5.528	-
Concessão	-	-	3.322	3.544
Fundos de investimento	25.939	12.889	-	-
Outros investimentos	978	977	11.671	2.450
Subtotal	1.713.622	1.784.906	675.954	914.736
Propriedade para investimento	-	-	3.546.456	2.769.576
Total	1.713.622	1.784.906	4.222.410	3.684.312

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

Notas Explicativas

	Iguatemi	Jereissati Telecom	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros
Subtotal inicial em 31/12/2013	1.194.746	574.812	1.482	1.347	11.541	
Concessão ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	9
Saldo em 31/12/2013	1.194.746	574.812	1.482	1.347	11.541	9
Subscrição / Aquisições de quotas	-	-	-	1.600	11.200	
Subscrição / Aquisições de ações	-	-	1.375	-	-	
Dividendos das controladas	(8.345)	-	-	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial ⁽²⁾	84.881	(190.576)	(660)	660	(410)	9
Reserva de remuneração baseada em ações	302	9	-	-	-	
Equivalência sobre o lucro acumulados	(13)	3	(71)	-	-	
Variações de ações em tesouraria reflexa	6.542	(726)	-	-	-	
Ajuste Variação Cambial	-	(1.725)	-	-	-	
Transações de capital	(356)	(6.747)	(344)	-	-	
Variação de participação de investimentos	(3.465)	-	-	-	-	
Variação de participação de investimentos reflexa	-	22.877	-	-	-	
Ajuste reflexo de variação de conversão	-	310	-	-	-	
Deságio reflexo em Transação de Capital	-	10.530	-	-	-	
Realização de reserva de operações de derivativos	-	3.786	-	-	-	
IR e CS s/ operações com derivativos	-	(723)	-	-	-	
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	459	-	-	-	
Variação cambial reflexa sobre transações com parte relacionadas	-	(283)	-	-	-	
Ganhos e Perdas atuariais reflexas	-	(1.376)	-	-	-	
Outros ⁽³⁾	-	1	-	2	(1)	(9)
Subtotal em 30/09/2014	1.274.292	410.631	1.782	3.609	22.330	9
Concessão ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	9
Ágio em investimentos - Mais Valia (Nota 1(c))	-	-	-	-	-	
Saldo em 30/09/2014	1.274.292	410.631	1.782	3.609	22.330	9

⁽¹⁾ Ágio referente ao investimento da Oi registrado na controlada Jereissati Telecom, alocado em Mais Valia de Concessão.

⁽²⁾ No consolidado, refere-se ao resultado de equivalência patrimonial dos investimentos não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

⁽³⁾ No consolidado, refere-se à movimentação dos saldos dos investimentos não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Jereissati Telecom	517.505	226.047	(240.111)	269.074	161.942	79,5700	80,0990	410.051	(190.570)
BRIO	3.240	7.501	(1.200)	2.101	-	55,0000	55,0000	1.782	(660)
FIP GJ Real Estate	6.000	4.970	(1.105)	3.017	-	60,1400	60,1400	3.609	660
FIP BRIO Real Estate (i)	-	-	-	-	-	44,4400	44,4400	22.330	(410)
Lucros a apropriar (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	93
								1.712.644	(106.012)

Notas Explicativas

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do período	Qtde. milhares de ações		Participação (%)		Investimento	Equivalência patrimonial
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		
Iguatemi	2.313.491	1.232.002	128.087	90.802	-	51,6425	51,6425	1.194.746	69.253
Jereissati Telecom	724.218	226.047	(95.683)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	574.812	(75.943)
BRIO	2.693	3.751	(1.678)	1.001	-	55,0000	55,0000	1.482	(923)
FIP GJ Real Estate	3.308	3.370	(31)	1.100	-	40,7100	40,7100	1.347	(11)
FIP BRIO Real Estate (i)	16.157	16.240	-	11.600	-	71,4300	71,4300	11.541	-
Lucros a apropriar (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	93
								1.783.928	(7.531)

(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria

(i) Quantidade de quotas

(ii) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada

(b) Informações financeiras dos segmentos de negócios

- Consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia

Segmento de Shopping Centers

Informações financeiras	Iguatemi Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	964.488	1.293.900
Ativo não circulante	3.895.983	3.331.012
Passivo circulante	409.361	375.579
Passivo não circulante	1.970.244	1.931.800
	30/09/2014	30/09/2013
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	410.820	290.907
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(128.946)	(79.813)
Despesas operacionais	(35.604)	(20.507)
Resultado financeiro líquido	(73.418)	(32.613)
Lucro líquido de operações continuadas	165.351	127.846
Lucro líquido do período	165.351	127.846
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	164.418	128.087
Lucro líquido atribuído a sócios não controladores	933	(241)

Depreciação e amortização	(61.724)	(31.698)
Receita de juros	87.628	79.387
Despesa de juros	(153.887)	(106.227)
Despesa de imposto de renda	(7.501)	(30.128)

Informações adicionais	Iguatemi Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	2.480.866	2.317.533
Valor de mercado ^(*)	4.374.298	3.920.944
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	176.312	175.827
Ações equivalentes ao investimento da Companhia <i>(em milhares de ações)</i> :	90.802	90.802
Total participação (%) direta da Companhia	51,5005%	51,6425%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	1.274.292	1.194.746

A Companhia recebeu a título de dividendos da Iguatemi o valor de R\$31.001 no período findo em 30/09/2014 e R\$35.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel) R\$24,81 (30/09/2014) e R\$22,30 (30/12/2013), respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	Jereissati Telecom Consolidado ^(*)	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	337.588	227.788
Ativo não circulante	714.993	731.547
Passivo circulante	16.142	5.836
Passivo não circulante	156.588	229.281
Resultado abrangente total	(7.606)	(9.953)
	30/09/2014	30/09/2013
Despesas operacionais	(376.668)	(107.127)
Resultado financeiro líquido	(6.047)	11.444
Prejuízo de operações continuadas	(387.065)	(95.683)
Prejuízo do período	(387.065)	(95.683)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(240.111)	(95.683)
Prejuízo atribuído a sócios não controladores	(146.954)	-
Outros resultados abrangentes	12.364	(2.956)

Notas Explicativas

Informações financeiras	Jereissati Telecom Consolidado (*)	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	960	981
Aplicações financeiras	330.718	223.398
Passivos financeiros circulantes	592	2.102
Passivos financeiros não circulantes	130.305	-
	30/09/2014	30/09/2013
Depreciação e amortização	(1.460)	(345)
Receita de juros	17.542	13.182
Despesa de juros	(4.415)	-
Despesa de imposto de renda	(4.350)	-

(*) Dados consolidados da Jereissati Telecom com a Infinity, Nanak, Sayed e Detmold.

Informações adicionais	Jereissati Telecom Consolidado (*)	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	879.851	724.218
Valor de mercado (**)	549.239	1.005.241
Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	543.801	543.801
Ações ordinárias	336.676	336.676
Ações preferenciais	207.125	207.125
Ações equivalentes ao investimento da Companhia (<i>em milhares de ações</i>):	431.616	431.616
Ações ordinárias	269.674	269.674
Ações preferenciais	161.942	161.942
Total participação (%) direta da Companhia	79,3700%	79,3700%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	410.631	574.812

A Companhia recebeu a título de dividendos da Jereissati Telecom o valor de R\$1.602 no período findo em 30/09/2014 e R\$15.866 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(**) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON e PN a R\$1,01 em 13/08/2014 e 22/08/2014 respectivamente; e ON R\$1,70 (12/12/2013) e PN R\$2,09 em 19/12/2013.

Informações financeiras das companhias Detmold e Sayed consolidados nas informações trimestrais da Jereissati Telecom

Informações financeiras	Detmold Consolidado (*)
	30/09/2014
Ativo circulante	17.975
Ativo não circulante	271.917
Passivo circulante	512
Passivo não circulante	7.716
Resultado abrangente total	1.503
	30/09/2014
Despesas operacionais	(81.686)

Notas Explicativas

Resultado financeiro líquido	785
Prejuízo de operações continuadas	(80.901)
Prejuízo do período	(80.901)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(80.901)
Outros resultados abrangentes	515

^(c)Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

	Detmold Consolidado (*)
	30/09/2014
Informações financeiras	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Passivos financeiros circulantes	512

^(c)Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

	Detmold Consolidado (*)
	30/09/2014
Informações adicionais	
Patrimônio líquido	281.664
Ações ordinárias em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	149.484
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Detmold detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações) (Nota 1(c))</i> :	149.484
Total participação (%) indireta da Companhia	79,37%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	281.664

^(c)Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

Informações financeiras da Dronten consolidadas nas informações trimestrais da Detmold

	Dronten
	30/09/2014
Informações financeiras	
Ativo circulante	17.967
Ativo não circulante	54.583
Passivo circulante	512
Passivo não circulante	7.600
	30/09/2014
Receitas operacionais	2.902
Resultado financeiro líquido	792
Lucro de operações continuadas	3.694
Lucro do período	3.694
Lucro atribuído a sócios da empresa controladora	3.694

	Dronten
	30/09/2014
Informações adicionais	
Patrimônio líquido	64.438

Notas Explicativas

Ações ordinárias em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	149.483
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Dronten detido pela controlada indireta da Companhia, Detmold (<i>em milhares de ações</i>) (Nota 1(c)):	149.483
Total participação (%) indireta da Companhia	79,37%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na controlada indireta da Companhia, Detmold	64.438

Informações financeiras	Sayed
	30/09/2014
Ativo não circulante	557.332
Resultado abrangente total	(2.254)
	30/09/2014
Despesas operacionais	(303.593)
Prejuízo de operações continuadas	(303.593)
Prejuízo do período	(303.593)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(303.593)
Outros resultados abrangentes	(2.254)

Informações adicionais	Sayed
	30/09/2014
Patrimônio líquido	557.332
Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	1.173.076
Ações ordinárias	820.213
Ações preferenciais	352.863
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Sayed detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom (<i>em milhares de ações</i>) (Nota 1(c)):	410.106
Total participação (%) indireta da Companhia	27,75%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	194.843

Informações financeiras da Nanak consolidadas nas informações trimestrais da Jereissati Telecom

Informações financeiras	Nanak
	30/09/2014
Ativo circulante	107.806
Passivo não circulante	130.305
	30/09/2014
Despesas operacionais	(26)
Resultado financeiro líquido	(22.473)
Prejuízo de operações continuadas	(22.499)
Prejuízo do período	(22.499)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(22.499)

Notas Explicativas

Informações financeiras	Nanak
	30/09/2014
Aplicações financeiras	107.806
Passivos financeiros não circulantes	130.305
	30/09/2014
Despesas de juros	(22.473)

- **Não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia**

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	5.137	15.016
Ativo não circulante	1.319.229	1.681.258
Passivo circulante	10.440	153.603
Passivo não circulante	3.786	520.719
Resultado abrangente total	(16.760)	(12.845)
	30/09/2014	30/09/2013
Despesas operacionais	(913.783)	(93.116)
Resultado financeiro líquido	(33.748)	(50.466)
Prejuízo de operações continuadas	(947.531)	(143.582)
Prejuízo do período	(947.531)	(143.582)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(863.663)	(143.582)
Prejuízo atribuído a sócios não controladores ^(*)	(83.868)	-
Outros resultados abrangentes	(5.675)	(8.387)

(*) Prejuízo atribuído a Detmold correspondente a sua participação de 26,43% do capital da LF Tel antes da cisão da LF Tel (Nota I(c)).

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	73
Aplicações financeiras	4.940	11.464
Passivos financeiros circulantes	10.435	153.182
Passivos financeiros não circulantes	-	509.333
	30/09/2014	30/09/2013
Depreciação e amortização	(24.367)	(24.357)
Receitas de juros	571	966
Despesas de juros	(33.970)	(51.303)

Notas Explicativas

Informações adicionais	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	1.310.140	1.021.952
Ações do capital social (<i>em milhares de ações</i>) (<i>Nota 1(c)</i>):	2.757.590	960.922
Ações ordinárias	2.337.378	960.922
Ações preferenciais	420.212	-
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom (<i>em milhares de ações</i>) (<i>Nota 1(c)</i>):	-	624.599
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada indireta da Companhia, Sayed (<i>em milhares de ações</i>) (<i>Nota 1(c)</i>):	1.173.075	-
Total participação (%) indireta da Companhia	11,8038%	51,5905%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom (<i>Nota 1(c)</i>):	-	664.268
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Sayed (<i>Nota 1(c)</i>):	557.332	-

⁽¹⁾ EDSP75 consolidado 100% da companhia LF Tel.

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	32.271	31.644
Ativo não circulante	1.820.576	4.325.431
Passivo circulante	15.260	994.030
Passivo não circulante	2.716	2.283.937
Resultado abrangente total	(17.668)	(16.161)
	30/09/2014	30/09/2013
Despesas operacionais	(130.406)	(118.853)
Resultado financeiro líquido	(155.963)	(217.900)
Prejuízo de operações continuadas	(286.369)	(336.753)
Prejuízo do período	(286.369)	(336.753)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(286.369)	(336.753)
Outros resultados abrangentes	(1.506)	(7.450)

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	24.990	2.370
Passivos financeiros circulantes	-	991.786
Passivos financeiros não circulantes	-	2.267.310
	30/09/2014	30/09/2013
Depreciação e amortização	(37.946)	(37.947)
Receitas de juros	13.537	10.100
Despesas de juros	(153.422)	(228.010)

Notas Explicativas

Informações adicionais	Telemar (2)	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	1.834.871	1.079.108
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	7.600.369	3.176.874
Ações ordinárias	7.600.369	3.176.274
Ações preferenciais	-	600
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada da Companhia, Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações)</i> :	119.788	-
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel <i>(em milhares de ações)</i> :	2.826.846	614.799
Total participação (%) indireta da Companhia	5,6411%	9,9837%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	29.118	
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	687.145	208.828

(2) Representa as informações financeiras individuais da Telemar, controladora integral da Oi.

Informações financeiras	Oi Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	28.335.570	17.687.138
Ativo não circulante	86.386.578	59.951.501
Passivo circulante	20.022.245	15.540.457
Passivo não circulante	61.694.800	43.031.476
Resultado abrangente total	(520.500)	(91.531)
	30/09/2014	30/09/2013
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	24.067.448	21.213.314
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(13.655.538)	(12.339.953)
Despesas operacionais	(7.377.017)	(7.089.836)
Resultado financeiro líquido	(3.672.909)	(2.449.678)
Prejuízo de operações continuadas	(607.752)	(410.747)
Prejuízo líquido do período	(607.752)	(410.747)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(608.439)	(410.747)
Prejuízo atribuído a sócios não controladores	687	-
Outros resultados abrangentes	(374.584)	(43.424)

Informações financeiras	Oi Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	3.353.953	2.424.830
Aplicações financeiras	256.965	492.510
Passivos financeiros circulantes	6.454.221	5.356.755
Passivos financeiros não circulantes	50.655.196	33.898.954
	30/09/2014	30/09/2013
Depreciação e amortização	(5.205.308)	(4.283.897)
Receitas de juros	903.579	705.764
Despesas de juros	(3.572.681)	(1.555.441)
Receita de imposto de renda	30.264	255.406

Notas Explicativas

Informações adicionais	Oi Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	33.005.103	19.066.706
Valor de mercado ^(*)	14.802.995	5.897.994
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	8.427.661	1.640.028
Ações ordinárias	2.777.302	514.758
Ações preferenciais	5.650.359	1.125.270
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações)</i> :	1.574	1.574
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel <i>(em milhares de ações)</i> :	69.702	69.702
Total participação (%) indireta da Companhia	0,3186%	4,1489%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	5.895	18.304
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	260.751	810.335

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R\$1,79 e PN R\$1,74 em 30/09/2014; ON R\$3,61 e PN R\$3,59 em 30/12/2013.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Informações financeiras	CTX ^(*)	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	9.371	10.446
Ativo não circulante	131.137	120.305
Passivo circulante	86	6.119
Resultado abrangente total	25.635	27.841
	30/09/2014	30/09/2013
Receitas operacionais	11.579	5.257
Resultado financeiro líquido	220	(1.564)
Lucro líquido de operações continuadas	11.799	3.693
Lucro líquido do período	11.799	3.693
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	11.799	3.693
Outros resultados abrangentes	(4.929)	(12.137)

Informações financeiras	CTX ^(*)	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	1.340	2.388
Passivos financeiros circulantes	-	6.015
	30/09/2014	30/09/2013
Receitas de juros	212	338
Despesas de juros	-	(1.824)

Informações adicionais	CTX ^(*)	
	30/09/2014	31/12/2013

Notas Explicativas

Patrimônio líquido	140.422	124.632
Ações ordinárias em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	6.242.525	6.242.525
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel <i>(em milhares de ações)</i> :	-	2.182.442
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia, Dronten <i>(em milhares de ações) (Nota 1(c))</i> :	2.182.442	-
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações) (Nota 1(c))</i> :	621.231	-
Total participação (%) indireta da Companhia	35,6458%	18,0365%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	-	43.572
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Dronten	46.160	-
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	13.138	-

⁽²⁾ Representa as informações financeiras individuais da CTX, controladora integral da Contax Participações.

Informações financeiras	Contax Participações Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante	1.209.643	918.194
Ativo não circulante	1.697.843	1.720.422
Passivo circulante	990.352	933.277
Passivo não circulante	1.439.425	1.267.090
Resultado abrangente total	60.147	68.182
	30/09/2014	30/09/2013
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	2.590.455	2.726.050
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.169.224)	(2.356.111)
Despesas operacionais	(260.674)	(262.099)
Resultado financeiro líquido	(94.219)	(94.219)
Lucro líquido de operações continuadas	46.835	28.309
Lucro líquido do período	46.835	28.309
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	46.835	28.309
Lucro líquido atribuído a sócios não controladores	-	(1.363)
Outros resultados abrangentes	(8.035)	(25.562)

Informações financeiras	Contax Participações Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	652.587	383.710
Aplicações financeiras	20.326	6.799
Passivos financeiros circulantes	258.021	226.062
Passivos financeiros não circulantes	1.183.637	1.015.546
	30/09/2014	30/09/2013
Depreciação e amortização	142.612	153.869
Receitas de juros	22.740	16.696

Notas Explicativas

Despesas de juros	(106.110)	(88.161)
Despesa de imposto de renda	(19.503)	(9.565)

Informações adicionais	Contax Participações Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	477.709	438.249
Valor de mercado	1.143.440	1.469.663
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :		
	Units	
	Ações ordinárias	
	Ações preferenciais	
	54.117	54.139
	65.256	65.234
	8.164	8.077
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel <i>(em milhares de ações – (Units))</i> :	-	2.653
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações – (Units)) (Nota 1(c))</i> :	165	-
Total participação (%) indireta da Companhia	9,9758%	6,9403%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	-	16.897
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	1.084	-

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). UNT R\$15,30 em 30/9/2014, ON R\$4,50 em 25/9/2014 e PN R\$2,67 em 30/9/2014; UNT R\$20,00, ON R\$5,48 e PN R\$3,64 em 30/12/2013.

As companhias Telemar e CTX não possuem ações negociadas na Bolsa de Valores.

(c) Propriedades para investimentosAo custo

	Vida útil média remanescente em anos	Consolidado	
		30/09/2014	31/12/2013
Terrenos		420.183	387.782
Edificações, instalações e outros	38 a 60 (*)	3.417.009	2.610.286
Depreciação acumulada		(358.466)	(296.799)
		3.478.726	2.701.269
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP			
Terrenos		20.034	20.034
Edificações e instalações	40 (*)	8.777	8.777
Depreciação acumulada		(1.834)	(1.686)
		26.977	27.125
Aquisição de 100% da Solway			
Terrenos		9.318	9.318
Edificações e instalações	45 (*)	20.740	20.740
Depreciação acumulada		(3.995)	(3.683)
		26.063	26.375

Notas Explicativas

Subscrições de ações da Wtorre Iguatemi			
Terrenos		5.433	5.433
Edificações e instalações	60 (*)	3.133	3.133
Depreciação acumulada		(117)	(78)
		<u>8.449</u>	<u>8.488</u>
Aquisição de 65,14% da RAS			
Edificações e instalações	45 (*)	10.289	10.289
Depreciação acumulada		(857)	(686)
		<u>9.432</u>	<u>9.603</u>
Subtotal		<u>3.549.647</u>	<u>2.772.860</u>
Eliminação lucros a realizar		(3.191)	(3.284)
Total		<u>3.546.456</u>	<u>2.769.576</u>

(*) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.

(**) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCRIOIP e capitaliza ao custo do ativo os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 30 de setembro de 2014 a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R\$7.325 (31/12/2013 - R\$23.485).

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	2.769.576	1.919.765
Adições	831.526	888.078
Baixas (*)	(737)	(747)
Depreciações	(54.002)	(37.644)
Outras movimentações	<u>93</u>	<u>124</u>
Saldo final	<u>3.546.456</u>	<u>2.769.576</u>

(*) Refere-se a baixa parcial do custo do terreno na cidade de São José do Rio Preto e Votorantim, objeto de negociação de VGV (valor geral de vendas).

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. A administração concluiu que não há indicativo de mudança significativa no valor justo em 30 de setembro de 2014, sendo assim, segue o valor justo apurado em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013		
	<u>Shoppings em operação</u>	<u>Shoppings anunciados (*)</u>	<u>Total</u>
Valor justo	6.316.833	544.730	6.861.563
Área bruta locável própria (mil m ²)	348,0	121,0	469,0

Notas Explicativas

(*) Referem-se a posição das expansões e novos shoppings anunciados em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

Taxa de desconto real 8,5 % - 11,5% a.a.

Taxa de crescimento real na perpetuidade 2% - 2,5% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros Ativos	
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2013	7.926	8.088	8.505	1.396	12.967	38.882
Adições	35	353	1.763	28	457	2.636
Saldo em 30/09/2014	7.961	8.441	10.268	1.424	13.424	41.518
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2013	(2.701)	(6.353)	(1.787)	(120)	(6.314)	(17.275)
Despesas de depreciação	(597)	(444)	(217)	(94)	(963)	(2.315)
Saldo em 30/09/2014	(3.298)	(6.797)	(2.004)	(214)	(7.277)	(19.590)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2013	5.225	1.735	6.718	1.276	6.653	21.607
Saldo em 30/09/2014	4.663	1.644	8.264	1.210	6.147	21.928
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33,33%	10%	10%	20%	

15. INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Ágio ("Goodwill") (i)	Sistemas de processamento de dados (ii)	Outros ativos	Ágio na aquisição de investimentos	Intangível em formação	
Custo do intangível						

Notas Explicativas

Saldo em 31/12/2013	103.633	24.248	6.439	-	6.211	140.531
Acervo vertido	-	-	-	22.911	-	22.911
Adições	-	-	2.342	-	1.647	3.989
Transferências	-	5.871	-	-	(5.871)	-
Saldo em 30/09/2014	103.633	30.119	8.781	22.911	1.987	167.431
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2013	(15.464)	(12.539)	(3.016)	-	-	(31.019)
Despesas de amortização	-	(4.309)	(1.239)	(721)	-	(6.269)
Transferências	-	(2.518)	-	-	-	(2.518)
Saldo em 30/09/2014	(15.464)	(19.366)	(4.255)	(721)	-	(39.806)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2013	88.169	11.709	3.423	-	6.211	109.512
Saldo em 30/09/2014	88.169	10.753	4.526	22.190	1.987	127.625
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	20%	-	-	-

(i) Ágios (“Goodwill”)

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1).

(ii) Sistema ERP SAP

Refere-se a implantação e melhorias dos módulos do ERP SAP, cuja amortização é realizada linearmente por cinco anos. Os módulos em desenvolvimento são agregados ao custo do Projeto Ícaro (SAP), e iniciam sua amortização a partir de sua conclusão.

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Certificado de potencial adicional de construção - Cepac	-	-	15.400	-
Despesas antecipadas de corretagem	-	-	7.822	627
Contas a receber - stock option (i)	-	-	7.705	-
Valores a receber	-	-	6.976	12.714
Garantia créditos imobiliários (ii)	-	-	-	15.633
Outros	6	6	3.269	2.693
	6	6	41.172	31.667
Circulante	6	6	32.993	5.664
Não circulante	-	-	8.179	26.003

Notas Explicativas

- (i) Refere-se a valores a receber decorrente do exercício do direito do plano de pagamento baseado em ações pelos diretores da controlada Iguatemi.
- (ii) Anteriormente os shoppings Praia de Belas Shopping Center e Shopping Center Iguatemi Florianópolis eram dados em garantia, em função de um crédito imobiliário. A partir de 29 de outubro de 2013, esta garantia passou a ser uma cessão fiduciária de aplicação financeira firmada com o Banco Santander (Brasil S/A) (Nota 17 (c)).

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Financiamentos, juros provisionados e outros encargos	135.326	247.661	1.101.953	1.037.455
Debêntures e juros provisionados	-	-	1.230.987	1.190.048
Subtotal	135.326	247.661	2.332.940	2.227.503
Custos de transação incorridos	-	-	(5.949)	(7.005)
Total	135.326	247.661	2.326.991	2.220.498
Circulante	13.655	123.783	309.071	341.392
Não circulante	121.671	123.878	2.017.920	1.879.106

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	
Debêntures BNDES	-	-	1.230.987	1.190.048	Out/2014 a Fev/2021
Moeda nacional	-	-	604.895	402.245	Out/2014 a Jul/2031
Instituições financeiras Moeda nacional	135.326	247.661	495.941	633.975	Out/2014 a Jan/2025
Instituições não financeiras	-	-	1.117	1.235	
Subtotal	135.326	247.661	2.332.940	2.227.503	
Custos de transação incorridos (i)	-	-	(5.949)	(7.005)	
Total	135.326	247.661	2.326.991	2.220.498	
Circulante	13.655	123.783	309.071	341.392	
Não circulante	121.671	123.878	2.017.920	1.879.106	

Notas Explicativas

- (i) Em 30 de setembro de 2014: circulante R\$1.875 e não circulante R\$4.074 (31/12/2013: circulante R\$1.776 e não circulante R\$5.229).

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
CDI	135.326	247.661	1.230.058	1.430.702
TJLP	-	-	644.526	454.183
Pré fixado	-	-	320.985	334.378
IPCA	-	-	130.305	-
IGP - DI	-	-	1.117	1.235
Total	135.326	247.661	2.326.991	2.220.498

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquida do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2015	-	32.383
2016	-	336.722
2017	30.451	302.828
2018	30.423	302.800
2019 e exercícios seguintes	60.797	1.043.187
Total	121.671	2.017.920

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos períodos subsequentes, como segue:

	Consolidado
2016	(453)
2017	(402)
2018	(402)
2019 e exercícios seguintes	(2.817)
Total	(4.074)

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos ocorridas no período

- (a) Empréstimos e financiamentos

Companhia

Notas Explicativas

A Companhia renegotiou a parcela vincenda em 28 de janeiro de 2015, do contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. celebrado no ano de 2008. A renegociação teve como base o valor atualizado desta parcela no mês de janeiro de 2014, sendo que o valor principal será amortizado em 4 parcelas iguais de R\$30.422, com vencimentos em 30/10/2017, 29/10/2018, 28/10/2019 e 28/10/2020 e os juros serão calculados a base de 100% CDI com vencimentos previstos para 28/10/2014, 28/11/2015 e 28/10/2016.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia amortizou a primeira parcela do principal acrescida de juros atualizados no montante de R\$123.783.

Segmento de Shopping Centers

Em 11 de julho de 2014, a controlada Iguatemi celebrou financiamento com o Banco Itaú S.A., no valor de R\$78.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade. A amortização ocorrerá no prazo de 144 meses a partir de julho de 2015, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Referido financiamento tem como objetivo a expansão do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre.

Em 11 de julho de 2014, a controlada Iguatemi celebrou financiamento com o Banco Itaú S.A., no valor de R\$152.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade. A amortização ocorrerá no prazo de 144 meses a partir de dezembro de 2014, através do SAC. Referido financiamento tem como objetivo a expansão do Shopping Center Iguatemi Campinas.

A controlada Iguatemi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010, 2011 e 2012 e de 2013, contratados para a construção e expansão de shoppings centers.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a controlada direta Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$80.351 (31/12/2013 - R\$284.923).

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Segmento de Shopping Centers

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Consolidado	
				30/09/2014	31/12/2013
Iguatemi	1ª	R\$200 milhões	2014	-	67.212
Iguatemi	2ª	R\$330 milhões	2016	333.208	341.386
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2018	305.685	312.422
Iguatemi	4ª	R\$400 milhões	2021	461.789	469.028
Total				1.100.682	1.190.048

Os custos totais de emissão das debêntures, a serem amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, em 30 de setembro de 2014 totalizam R\$5.949, sendo o montante de R\$1.875 registrado no circulante e R\$4.074 não circulante.

Notas Explicativas

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da primeira emissão e juros atualizados das demais emissões no montante de R\$182.304 (31/12/2013 - R\$160.062).

Nanak

Em Assembleia Geral Extraordinária da Nanak, realizada em 28 de abril de 2014, foi aprovada a primeira emissão privada de 125.000 debêntures simples, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, não conversível em ações, em uma única série, no valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$125.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados e associadas a uma opção irrevogável e irretratável de compras de ações de emissão (i) da Oi, caso a opção de compra seja exercida antes da incorporação de ações da Oi na Telemar (que passará a ser denominada “CorpCo”) (Nota 26 (i)); ou (ii) da CorpCo, no caso de a opção de compra ser exercida após a incorporação de ações da Oi na Telemar, nos termos previstos na respectiva escritura de emissão das debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de abril de 2014 com vencimento final em 30 de outubro de 2019. A remuneração dessas debêntures será pelo IPCA com juros remuneratórios prefixados de 5% (cinco por cento), base 252 dias úteis, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a data da liquidação das debêntures. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em 30 de abril e em 30 de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de abril de 2016. As debêntures possuem cláusulas de *covenants* de natureza financeira, contábil e societária que preveem o vencimento antecipado do saldo devedor destas debêntures.

Programação do Resgate das debêntures:

<i>Data</i>	<i>Quantidade</i>	<i>% do total das Debêntures</i>
30/04/2016	15.625	12,5
30/10/2016	15.625	12,5
30/04/2017	15.625	12,5
30/10/2017	15.625	12,5
30/04/2018	15.625	12,5
30/10/2018	15.625	12,5
30/04/2019	15.625	12,5
30/10/2019	15.625	12,5

Em 5 de maio de 2014 a integralização da totalidade destas debêntures foi feita no valor de R\$125.932, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Nanak, na mesma data em que ocorreu a liquidação financeira do aumento de capital da Oi.

Dos recursos obtidos por meio desta emissão, o valor de R\$125.000 foi destinado exclusivamente ao aporte de capital no FIA Caravelas (Nota 1 (c)).

(c) **Garantias**

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia 71.157.886 ações ordinárias e 71.157.886 ações preferenciais de emissão da Jereissati Telecom, de titularidade da Companhia.

Notas Explicativas

Segmento de Shopping Centers

Para ambos os financiamentos celebrados com o Banco Itaú S.A. em 11 de julho de 2014, nos montantes de R\$78.000 e de R\$152.000, a controlada Iguatemi apresentou como garantia a fração de 40% do Shopping Center Iguatemi Campinas e a sua futura expansão.

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da CCB e representados integralmente pela CCI à RB Capital, a controlada Iguatemi e a SJRP, constituíram, em favor da Cessionária, em garantia do pagamento, as seguintes garantias: a) alienação fiduciária de 80% da Fração Ideal Empreendimento (Shopping Center Iguatemi Rio Preto), percentual este de que a SJRP é proprietária, conforme Escritura de Permuta e Outras Avenças celebrada em 23 de janeiro de 2013, registrada junto ao Registro de Imóveis competente em 4 de fevereiro de 2013, através do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças celebrado entre a Iguatemi, a SJRP e a RB Capital na mesma data; b) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 80% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Empreendimento (Shopping Center Iguatemi Rio Preto), a ser constituída pela SJRP através do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado entre a Iguatemi, a SJRP, o Itaú Unibanco S.A., a Cessionária e a AEMP Administradora de Empreendimentos Ltda., (AEMP).; c) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 64% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Shopping Center Iguatemi Brasília até que o Futuro Shopping Centers Iguatemi Rio Preto comece a performar; d) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de operação de derivativo contratada pela Devedora com o Itaú BBA em 27 de junho de 2013, através da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa n.º 109813060121200, contratado a taxa de 92,50% CDI.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi a garantia para 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC, através do 4º Aditivo ao Instrumento Particular de Concessão de Financiamento para Construção do Imóvel.

Para (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006; a controlada direta Iguatemi em 06 de janeiro de 2014 assinou com o Banco Santander o Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Concessão de Financiamento para Construção de Imóvel Comercial onde constitui a Garantia Adicional – Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira nº 0033368926000007391, de 29 de outubro de 2013 – Instituição Emissora – Banco Santander (Brasil S/A), no valor de R\$15.380, em substituição as garantias anteriormente concedidas: (i) cessão fiduciária em garantia ao Banco Santander dos direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada direta Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas; e (ii) alienação ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (a) os imóveis, objeto do financiamento (participação de

Notas Explicativas

20%), bem como todas as benfeitorias e acessões acrescidos a estes; (b) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do PBSC; e (c) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada direta Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC.

Nanak

Para a primeira emissão privada de debêntures da Nanak, aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2014, a sua controladora Jereissati Telecom prestou fiança em favor dos debenturistas, obrigando-se como fiadora e principal pagadora solidariamente com a Nanak, por todas as obrigações da Nanak decorrentes da respectiva escritura de emissão.

(d) “Covenants”

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2014.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as ações oferecidas como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., e nos negócios controlados em conjunto LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Segmento de Shopping Centers

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Em 1 de setembro de 2014, para os empréstimos descritos a seguir, a controlada Iguatemi assinou aditivo aos contratos alterando o índice financeiro Dívida Líquida/EBTIDA de até 3,0 para até 3,5: (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006 cujo montante atual é de R\$4.251; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, cujo montante atual é de R\$4.640; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação dos Economistas

Notas Explicativas

Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006, cujo montante atual é de R\$1.520.

As debêntures possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

Nanak

A primeira emissão privada de debêntures da Nanak possui cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor. As principais estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Nanak;
- Ocorrência, de protesto reiterado de títulos da Nanak, em valor individual ou agregado, que ultrapasse em 12 meses consecutivos, o valor de R\$10 milhões;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as atividades da Nanak;
- Alteração efetiva, por qualquer meio, ou transferência de controle;
- Aprovação de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Nanak;
- Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte da Nanak, ou entidade integrante do grupo econômico da Companhia.

(e) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Segmento de Shopping Centers

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi e suas controladas são: (a) em 31 de janeiro de 2013, financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 30 de setembro de 2014 tinham sido liberados R\$109.250; (b) em 9 de novembro de 2012, financiamento com o BNDES no valor de R\$117.312 para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 30 de setembro de 2014 tinham sido liberados R\$113.025.

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Parcelamento da Lei 11.941/2009	653	771	38.765	39.791
	653	771	38.765	39.791
Circulante	157	157	13.552	12.826
Não circulante	496	614	25.213	26.965

O Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

Controladora

Notas Explicativas

	30/09/2014			31/12/2013
	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS/PIS	199	8	211	418
Imposto de renda	14	2	33	49
IOF	69	3	114	186
Total	282	13	358	771

	30/09/2014			Consolidado	
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	14.160	8	211	14.379	21.495
Imposto de renda	8.631	241	1.967	10.839	12.898
Contribuição social	2.528	-	-	2.528	3.006
CSLL	607	83	768	1.458	1.721
Outros	9.561	-	-	9.561	671
Total	35.487	332	2.946	38.765	39.791

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Controladora	Consolidado
2014	148	13.474
2015	148	11.734
2016	148	11.734
2017	148	1.288
2018 a 2020	61	535
Total	653	38.765

19. PROVISÕES**Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Cível	-	-	23.078	22.592
Trabalhistas	8.221	8.221	8.940	8.943
Tributárias	278	278	2.044	2.209
	8.499	8.499	34.062	33.744

Detalhamento dos processos por natureza de risco

Controladora
30/09/2014

Notas Explicativas

Risco	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	8.221	8.499
Passivos contingentes (i)	29.857	3.260	33.117

Controladora**31/12/2013**

Risco	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	8.221	8.499
Passivos contingentes (i)	29.857	260	30.117

Consolidado**30/09/2014**

Risco	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	2.044	8.940	23.078	34.062
Passivos contingentes (i)	62.781	13.169	36.301	112.251

Consolidado**31/12/2013**

Risco	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	2.209	8.943	22.592	33.744
Passivos contingentes (i)	81.142	7.761	3.020	91.923

(i) Representam os processos cujas chances de perdas são classificadas como possíveis.

Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais (consolidado):

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	2.209	8.943	22.592	33.744
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	-	-	485	485
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(165)	(3)	1	(167)
Saldo em 30/09/2014	2.044	8.940	23.078	34.062

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Trabalhista****Companhia**

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult

Notas Explicativas

Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.056. Adicionalmente a Companhia mantém provisões para face a outras perdas de natureza trabalhista (INSS), cujo montante em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.165.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$409 (31/12/2013 - R\$411).

Tributária

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com impostos e contribuições como PIS, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos valores no consolidado em 30 de setembro de 2014 montam R\$567 (31/12/2013 - R\$732).

Cível

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial. A controlada Iguatemi constitui provisão para fazer face a eventuais perdas, cujos valores montam em 30 de setembro de 2014 R\$23.077 (31/12/2013 - R\$22.592).

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos. O total envolvido nos processos em 30 de setembro de 2014 é de aproximadamente R\$3.260 (31/12/2013 - R\$260).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como

Notas Explicativas

responsável solidária. O total envolvido nos processos em 30 de setembro de 2014 é de aproximadamente R\$5.824 (31/12/2013 - R\$2.479), cuja probabilidade de perda é considerada como possível.

Tributária

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 os valores estimados totalizavam R\$29.857.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórios surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 os valores estimados de perda totalizam R\$27.811 (31/12/2013 - R\$46.172), R\$36.301 (31/12/2013 - R\$3.020), R\$3.988 (31/12/2013 - R\$4.925) respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária e trabalhista, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e INSS. Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 os valores estimados de perda totalizavam R\$5.113 e R\$97, respectivamente.

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Receitas a apropriar (i)	-	-	85.501	61.767
Aquisição participação Outlet (iii)	-	-	13.902	13.280
Repasse contratual Co-part Previ	-	-	4.989	5.267
Retenções contratuais (ii)	-	-	3.243	19.431
Aquisição de terreno Tijucas SC (iv)	-	-	2.700	-
Aquisição do terreno Nova Lima BH (v)	-	-	718	718
Recompra de pontos	-	-	43	435
Aquisição do terreno São José do Rio Preto (vi)	-	-	-	4.980
Lucros a realizar (vii)	3.191	3.284	-	-
Outros	1.031	795	10.485	15.263
	4.222	4.079	121.581	121.141
Circulante	1.031	795	30.046	25.331
Não circulante	3.191	3.284	91.535	95.810

- (i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e

Notas Explicativas

serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

- (ii) Retenções para indenizações após a venda do Shopping Center Iguatemi Rio.
- (iii) Saldo remanescente do contas a pagar, referente a aquisição da fração de 41% do Outlet Premium em Novo Hamburgo – RS. Este saldo é atualizado pelo IPCA (IBGE), com liquidação prevista para 30 de junho de 2015.
- (iv) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento no município de Tijucas em Santa Catarina.
- (v) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento em Minas Gerais
- (vi) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento em São José do Rio Preto.
- (vii) Valor referente a venda para a controlada Iguatemi, de 5% das cotas de participação do SCISP detidas pela Companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2014	31/12/2013
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	578.116	578.116
Total	963.939	963.939
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	(6.241)	(6.099)
Total	(6.290)	(6.148)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.875	572.017
Total das ações em circulação	957.649	957.791
Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)	1,71	1,81

Notas Explicativas

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui em 30 de setembro de 2014, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.240.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.815. Em 31 de dezembro de 2013 as ações em tesouraria representavam 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais, pelo custo histórico de R\$3.615.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do trimestre era o seguinte:

	30/09/2014		31/12/2013	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.241	49	6.099	49
Cotação por ação na BOVESPA (R\$) (i)	1,41	1,71	1,70	1,71
Valor de mercado	8.800	84	10.368	84

(i) Base é o preço médio da ação no último dia de negociação do mês.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$148.793 em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, constituída substancialmente pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente.

Movimentação da reserva de lucros a realizar nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Saldo constituído anteriormente não realizado	167.462
Constituição de reserva no ano:	28.203
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2012	195.665
Parcela realizada financeiramente (*)	(51.607)
Saldo constituído anteriormente não realizado	144.058
Constituição de reserva no ano:	4.735
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2013	148.793

Notas Explicativas

^(*) Parcela realizada financeiramente pelo recebimento de dividendos das controladas no exercício findo em 31/12/2013.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia.

Reserva de especial de dividendos

A reserva de especial de dividendos foi constituída nos termos do parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76. É composta pelo montante em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$30.606.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2014, foi aprovada (i) a destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013, no valor de R\$11.838: a) R\$592 para a constituição da reserva legal; b) R\$4.735 para constituição da reserva de lucros a realizar; e c) R\$6.511 para reserva de investimentos; (ii) o pagamento de dividendos no valor de R\$21.001 à conta de reserva de lucros, equivalente a R\$0,021927 por ação ordinária ou preferencial; e (iii) a constituição da reserva especial de dividendos, no valor de R\$30.606 nos termos do parágrafo 4º do artigo 202, da Lei 6404/76.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ágio em transação de capital de seus negócios controlados em conjunto, mensurados pelo método de equivalência patrimonial, ágio pago na aquisição de ações de acionistas não controladores e as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC

Notas Explicativas

09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.*

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes reflexos dos negócios controlados em conjunto que incluem itens de receita, despesa, ajustes de conversão, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e.3) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos substancialmente, os ajustes reflexos de ações em tesouraria das controladas diretas e negócios controlados em conjunto.

O formulário das Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e “Ajustes acumulados de conversão” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”, tampouco a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e a rubrica “Ajustes acumulados de conversão”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados Abrangentes e Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Total (*)
Saldos em 31/12/2013	57.119	(1.629)	(98.949)	(43.459)
Reflexo Ágio e Variação na porcentagem de participação nas controladas indiretas	19.412	-	-	19.412
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	459	-	459
Reserva Reflexa de operações de derivativos, líquida de tributos	-	3.062	-	3.062
Reflexo de Variação em ações em tesouraria	-	-	5.816	5.816
Reflexo de Variação cambial de controladas	-	(1.698)	-	(1.698)
Ganhos e perdas atuariais	-	(1.377)	-	(1.377)
Deságio reflexo em Transação de Capital	-	-	10.530	10.530
Outros	(7.447)	1	-	(7.446)
Saldos em 30/09/2014	69.084	(1.182)	(82.603)	(14.701)

(*) No formulário das Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM foi classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e Ajustes Acumulados de conversão” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(f) Lucro (prejuízo) por ação

Lucro (prejuízo) básico:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

Lucro (prejuízo) atribuível à Companhia

	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	5.888	(5.104)	(123.457)	(19.305)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	2.372	(5.104)	(123.457)	(19.305)
Lucro alocado às ações preferenciais	3.516	-	-	-
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.774	385.774	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.954	572.017	571.954	572.017
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:				
Ações ordinárias	0,0061	(0,0132)	(0,3200)	(0,0500)
Ações preferenciais	0,0061	-	-	-

Lucro (prejuízo) diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) ajuste do resultado de equivalência do negócio controlado em conjunto CTX e Contax Participações considerando os efeitos do plano de opções de ações da Contax Participações.
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Os eventos descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo, não foram considerados no cálculo abaixo.

Prejuízo atribuível à Companhia

	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	5.888	(5.104)	(123.457)	(19.305)

Notas Explicativas

Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi – plano de opções de ações	(212)	(243)	(520)	(691)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX e Contax Participações - plano de opções de ações	(13)	(67)	(13)	(19)
	5.663	(5.414)	(123.990)	(20.015)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	2.281	(5.414)	(123.990)	(20.015)
Lucro alocado às ações preferenciais	3.382	-	-	-
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.774	385.774	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.954	572.017	571.954	572.017
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:				
Ações ordinárias	0,0059	(0,0140)	(0,3214)	(0,0519)
Ações preferenciais	0,0059	-	-	-

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Participações dos empregados nos lucros

A Companhia e suas controladas possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, no mês de abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

A Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) na Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia e suas controladas contribuem com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações (“Plano”) para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo seu Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Em 30 de setembro de 2014, não houve alterações nos critérios gerais dos programas de outorga do Plano em relação a 31 de dezembro 2013. Todas as informações dos referidos programas de outorga estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para o período findo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

Notas Explicativas

	30/09/2014		31/12/2013	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	3.733.200	R\$ 17,04	3.870.000	R\$ 17,58
Opções exercidas	(685.200)	R\$ 16,99	(124.000)	R\$ 16,01
Opções em circulação no fim do exercício	3.048.000	R\$ 17,34	3.746.000	R\$ 16,56

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

DATA	Opções em circulação			
	Opções em circulação no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2013	3.746.000	58	16,47 – 16,56	1.760.000
30 de setembro de 2014	3.048.000	49	17,21 – 17,31	1.074.800

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$3.752 no período findo em 30 de setembro de 2014 (30/09/2013 - R\$6.420). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$578 devido ao registro da provisão e as opções exercidas no período.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis de cada companhia.

Em decorrência das alterações nas normas dos CPC 36 (IFRS 10) e CPC 19 (IFRS 11), a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a consolidar em suas Informações Financeiras somente o segmento de Shopping Centers e os segmentos de Telecomunicações e Contact Center e Cobrança, passaram a ser avaliados e apresentados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 1). Desta forma, as informações relevantes destes segmentos de negócios estão apresentadas na Nota 13.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

Notas Explicativas

Transações	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	-	22.645	-	-
LF Tel S.A. (Nota 1(c))	-	1	-	1
Dronten RJ Participações S.A. (Nota 1(c))	1	-	-	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Fleury Alliegro Imóveis Ltda.	-	-	-	66
Jereissati Telecom S.A.	-	1.604	-	-
Total de dividendos a receber	1	24.250	-	67
Ativo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
Jereissati Telecom S.A. x South Mall Holding Ltda (i)	-	-	4.186	3.721
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center	-	-	3.654	15.587
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas	-	-	44.039	18.280
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	26.654
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	27.472
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	-	-	7.568	-
Total de mútuos com partes relacionadas	-	-	59.447	91.714
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Jereissati Telecom S.A. x Dronten RJ Participações S.A. (Nota 1 (c))	-	-	-	7.600
Total de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	7.600
Total do Ativo	1	24.250	59.447	99.380
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar pela Companhia	227	21.539	227	21.539
Dronten RJ Participações S.A. x Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A. (Nota 1(c))	-	-	511	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Empreendimentos Imob. e Participações Ltda.	-	-	-	1.023
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas não controladores	-	-	-	20.846
Jereissati Telecom S.A. x Outros	-	-	80	499
Total do Dividendos a pagar	227	21.539	818	43.907
Mútuos com partes relacionadas				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outras	-	-	425	447
Total de mútuos com partes relacionadas	-	-	425	447
Passivo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				

Notas Explicativas

Jereissati Telecom S.A. x Detmold RJ Participações S.A. (ii)				203.437
Detmold RJ Participações S.A.		-	116	-
Total com Mútuos com partes relacionadas		-	116	203.437
Total do Passivo	227	21.539	1.359	247.791
Período de três meses findos em				
Resultado do período	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Serviços prestados (iii)				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	543	587	-	-
Receitas (despesas) financeiras (iv)				
South Mall Holding Ltda	-	-	301	78
Total da Receitas (despesas) financeiras (iv)	-	-	301	78
Período de nove meses findos em				
Resultado do período	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Serviços prestados (iii)				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (iii)	1.632	1.757	-	-
Outros serviços prestados a Iguatemi	30	29	-	-
Receitas (despesas) financeiras (iv)				
South Mall Holding Ltda	-	-	464	221
Total da Receitas (despesas) financeiras (iv)	-	-	464	221

- (i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta Jereissati Telecom e a Southmall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2014 e taxa de juros taxa de 100% CDI CETIP.
- (ii) Em 31 de março de 2011, a controlada Jereissati Telecom celebrou com seu negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A., instrumento particular de contrato de mútuo, que prevê a obtenção de empréstimo no montante de R\$203.437, sem juros e correção monetária e liquidável em 20 anos contados a partir da data de celebração inicial. Com a cisão da EDSP75 realizada em 21 de março de 2014 (Nota 1 (c)), o crédito foi transferido para a Detmold, nas mesmas condições contratuais originalmente celebradas entre a Jereissati Telecom e a EDSP75. Tal contrato pode, a qualquer momento durante o seu prazo de vigência, a critério da controlada Jereissati Telecom, ser amortizado parcialmente ou liquidado, não possuindo a Administração, contudo, previsibilidade quanto a tal liquidação.
- (iii) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e é sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2014, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R\$1.170 (30/09/2013 – R\$1.170); a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$462 (30/09/2013 - R\$587).
- (iv) Receitas e despesas financeiras referente a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

(b) Garantias

Notas Explicativas

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no período findo em 30 de setembro de 2014, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$462 (30/09/2013 - R\$587).

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi na qualidade de interveniente o Instrumento Particular de Financiamento para Construção de Imóvel com Garantia Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças – Contrato nº 1595/13 a ser firmado por sua controlada CSC 41 Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.631.610/0001-68, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42), no valor de R\$115.000 (cento e quinze milhões de reais), com taxa de juros CDI + 1% ao ano e prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses para desenvolvimento das obras do Shopping Center Esplanada.

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 732/2012, de 17.07.2012, financiamento no valor de R\$117.312, divididos em 4 (quatro) subcréditos, sendo que recebido até a presente data R\$113.025, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP.

Em 01 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R\$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R\$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Benefícios de curto prazo	1.133	879	4.880	4.447

Notas Explicativas

Remuneração com base em ações	-	562	961
	1.133	879	5.442
			5.408

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Benefícios de curto prazo	4.048	3.680	19.651	19.350
Remuneração com base em ações	-	-	1.685	2.883
	4.048	3.680	21.336	22.233

25. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2014, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, cujos períodos de cobertura estendem-se até 28 de setembro de 2015:

(a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A (51%) e com a Itaú Seguros S.A. (49%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$533.006 relativos aos danos materiais e lucros cessantes.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torres	300.937	227.069	528.006
Shopping Center Iguatemi Campinas	295.107	118.046	413.153
Shopping Center Iguatemi JK	288.720	87.592	376.312
Shopping Center Praia de Belas	248.393	71.255	319.648
Shopping Center Iguatemi Esplanada	274.973	41.993	316.966
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	182.145	118.606	300.751
Shopping Center Iguatemi Alphaville	201.969	49.822	251.791
Shopping Center Iguatemi Brasília	179.268	63.921	243.189
Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto	213.355	29.373	242.728
Market Place Shopping Center	164.025	61.519	225.544
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	169.509	40.048	209.557
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	173.083	29.064	202.147
Shopping Center Galleria	111.315	35.623	146.938
Shopping Center Esplanada	75.081	51.220	126.301
Shopping Center Iguatemi São Carlos	91.192	17.508	108.700
Outlet Novo Hamburgo	80.000	11.622	91.622
Market Place Tower I	65.163	15.818	80.981
Market Place Tower II	59.362	15.818	75.180
Power Center	17.675	4.447	22.122
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	7.117	-	7.117

Notas Explicativas

(b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expreso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$10.000 e pode ser dividida em: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou industriais: para os locais das holdings; (c) objetos pessoais de empregados com sublimite de R\$40.000; (d) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boates e similares; (e) responsabilidade civil do empregador; (f) riscos contingentes de veículos; (g) danos ao conteúdo das lojas; (h) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1.000); (i) obras civis e/ou serviços de montagem e instalação condicional de: erro de projeto, cruzada, danos materiais ao proprietário da obra; (j) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$500); (k) alagamento/ inundação para responsabilidade civil garagista e (l) danos morais para todas as coberturas.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(i) Reorganização Societária (União das atividades entre a Oi e a PT)

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom SGPS S.A. (“PT”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF, a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75, a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) haviam celebrado memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regulariam as negociações para uma potencial operação envolvendo a PT, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), que reuniria os acionistas da Oi, da PT e da TelPart e combinaria as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela PT em Portugal, na África e na Ásia, com o objetivo de consolidar a aliança industrial entre Oi e PT (“Operação”).

Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em 1 de outubro de 2013, a Oi e a PT celebraram os instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da Operação (“Contratos Definitivos”). Nestes Contratos Definitivos, ficou estabelecido que a TelPart seria a companhia que reuniria os acionistas da Oi e da PT, tendo-se previsto, ainda, as diversas etapas da Operação, sendo as principais:

(a) Aumento de capital da Oi, mediante oferta pública de ações da Oi, aprovado nas reuniões do Conselho da Administração realizadas em 28 de abril de 2014, 30 de abril de 2014 e de 5 de maio de 2014;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento, o que ocorreu em 5 de maio de 2014;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, que ocorreu em 5 maio de 2014 e da Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este

Notas Explicativas

passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A. Em maio de 2014, após a sua capitalização, a TelPart não possui dívidas.

(d) Listagem das ações da TelPart no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart; e

(e) Incorporação das ações da Oi na TelPart, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da TelPart.

Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a Operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos.

Os Contratos Definitivos também previam inicialmente a incorporação da PT pela TelPart, em função da qual os acionistas da PT receberiam um número de ações da TelPart equivalente ao número de ações da TelPart detidas pela PT, imediatamente antes da incorporação.

Em virtude das negociações entre a Oi e a PT relativas às aplicações financeiras realizadas pela PT em títulos de emissão da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte"), a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT.

Após a conclusão da operação, as ações da TelPart estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A TelPart irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade"), sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Aumento de capital da Oi mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com os Contratos Definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Oi realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014, o aumento do capital social da Oi no montante de R\$13.217.865 mediante a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de "American Depositary Shares" ("ADSs") e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs. Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Suplementares"), no montante de R\$742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Oi passou a ser de R\$21.431.109.

Notas Explicativas

As ações foram emitidas pelo preço de R\$2,17 por ação ordinária e R\$2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela PT em bens, por meio da contribuição à Oi da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”), a qual detém a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da PT, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Oi e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da PT na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Oi realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Oi totalizou o valor bruto de R\$13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$5,71 bilhões.

Em consequência ao aumento de capital da Oi, (i) a participação da controlada indireta Telemar junto com a sua controlada Valverde passou de 16,34% para 3,66%. Em virtude desta diluição, a Telemar reconheceu uma perda de variação de percentual de participação no montante de R\$2.340.339; (ii) a participação direta na Oi detida pela controlada indireta LFTel, passou de 4,25% para 0,82%, com o reconhecimento de uma perda no seu resultado, na linha de “Ganhos, líquidos de perdas de participações”, no montante R\$528.110, impactando negativamente o resultado do período da sua controladora EDSP75, no montante de R\$455.020 e consequentemente a controladora da EDSP75, a Sayed, também registrou um impacto no seu resultado no montante de R\$209.855. Ambos os impactos nas companhias, EDSP75 e Sayed, afetaram a linha de resultado de equivalência patrimonial. A controlada indireta LF Tel, também reconheceu uma perda no montante de R\$870.454, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexa”, em consequência dos impactos descritos no item (i) pela sua participação direta na Telemar; e consequentemente a controlada indireta EDSP75, controladora da LF Tel, registrou uma perda reflexa diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexa” no montante de R\$807.733. A Sayed, controladora em conjunto da EDSP75, também registrou uma perda reflexa diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexa” no montante de R\$357.577; (iii) a participação direta na Oi detida pela controlada Jereissati Telecom, passou de 0,10% para 0,02%, impactando o seu resultado do período, na linha de “Ganhos, líquidos de perdas de participações” no R\$11.923. A controlada direta Jereissati Telecom, também registrou uma perda no montante de R\$248.438 diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexa”, e uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$217.297, em consequência dos impactos descritos nos itens (ii) e (iii) pela sua participação indireta na LF Tel.

Em decorrência dos efeitos descritos nas controladas indiretas Telemar e LF Tel e na controlada direta Jereissati Telecom, a Companhia registrou uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$181.932 e uma perda registrada diretamente no seu patrimônio líquido na linha de “Variação de participações em investimento reflexa”, no montante de R\$197.185.

Todos os efeitos em virtude do aumento de capital na Oi, acima descritos, foram parcialmente compensados pelas conversões e integralizações das debêntures emitidas pela Sayed, EDSP75, LF Tel e Telemar (Nota 1 (c)).

Notas Explicativas

Como já destacado, tendo em vista que a transferência das ações da PT Portugal à Oi ocorreu somente após a conclusão do aumento de capital, em maio de 2014, a gestão das atividades, negócios, ativos e passivos da PT Portugal e de suas controladas continua em fase de transição para a Oi, visando à unificação das tesourarias dessas sociedades com a da Oi.

Riscos relacionados à participação detida na Unitel

Como resultado do aumento de capital da Oi, no contexto da operação que resultou na combinação de negócios entre a Oi e a PT (“Operação”), a Oi passou a deter a totalidade das ações da PT Portugal, por conta da contribuição dessas ações pela PT ao seu capital.

A PT Portugal possui participação indireta de 18,75% na Unitel S.A. (“Unitel”), uma empresa prestadora de serviços de telecomunicações móveis em Angola, por meio de sua subsidiária Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), na qual detém uma participação de 75% do capital social. A PT Ventures, uma subsidiária integral da Africatel, detém por sua vez uma participação de 25% na Unitel.

O montante pelo qual a Oi registrou contabilmente o investimento indireto na Unitel representa a maior parcela do preço de compra da PT Portugal. Qualquer impacto adverso que resulte no “impairment” deste investimento terá um efeito material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Oi.

O Laudo de Avaliação indicou que o valor justo da PT Portugal foi de R\$27.339 milhões, o qual deduzido da dívida e outras obrigações da PT Portugal, no montante de R\$21.629 milhões, resultou num valor justo de R\$5.710 milhões.

A Oi registrou contabilmente o valor justo do investimento indireto de 18,75% na Unitel por aproximadamente R\$3 bilhões, que representa a maioria da parcela do valor das ações subscritas pela PT no aumento de capital da Oi, determinado de acordo com o Laudo de Avaliação. Subsequentemente, o valor contábil do investimento indireto da Oi na Unitel será mensurado a valor justo e submetido a teste de “impairment”, quando acontecimentos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor do seu investimento indireto na Unitel poderá ser inferior. Qualquer perda no investimento indireto na Unitel poderá acarretar um efeito material e adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Oi.

A Oi não pode assegurar quando a PT Ventures obterá os montantes relativos aos dividendos declarados e não pagos pela Unitel, ou que será capaz de obter dividendos que podem ser declarados pela Unitel em relação a 2013 ou nos exercícios fiscais seguintes.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebe pagamentos da Unitel em relação aos valores devidos a ela pela Unitel no que diz respeito a dividendos declarados pela Unitel para os exercícios de 2012, 2011 e 2010. A Unitel declarou dividendos em montantes totais de US\$190,0 milhões (R\$467 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2012, US\$190,0 milhões (R\$467 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2011 e US\$157,5 milhões (R\$387 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação ao exercício fiscal de 2010. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu US\$93,8 milhões (R\$231 milhões em 30 de setembro de 2014) do total dos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito ao exercício fiscal de 2010, e não recebeu qualquer valor com relação aos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito aos exercícios fiscais de 2011 e 2012.

Notas Explicativas

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está listada no registro de acionistas da Unitel e que o Conselho de Administração da Unitel notificou a PT sobre a existência de uma irregularidade, o que segundo alega a Unitel resultou na sua incapacidade de distribuir dividendos à PT Ventures até a resolução desta irregularidade. A Unitel afirmou que não haverá pagamento de dividendos até a resolução dessas questões. Em junho de 2014, a PT Ventures (nova denominação da sociedade Portugal Telecom International) sanou a alegada irregularidade junto do Instituto do Investimento Estrangeiro, mediante averbamento no Certificado de Investimento Estrangeiro de sua nova denominação, tendo a controlada PT Ventures informado à Oi, ter sido a única entidade que deteve ações da Unitel, desde a data do seu investimento original em dezembro de 2000. Além disso, a controlada PT Ventures informou à Oi que sua participação indireta na Unitel está registrada nos livros da Unitel como detida pela PT Ventures e que a PT Ventures recebia o pagamento de dividendos no curso normal, ainda que estivesse com a denominação irregular em tais registros, desde a mudança de seu nome em dezembro de 2002.

A PT Ventures exigiu uma explicação da Unitel em várias ocasiões sobre sua incapacidade de pagar à PT Ventures sua parcela de dividendos declarados. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu qualquer dos dividendos a ela devidos pela Unitel em 31 de dezembro de 2013.

A Oi não pode assegurar o momento do pagamento desses dividendos ou que será capaz de receber dividendos que podem ser declarados pela Unitel nos exercícios fiscais seguintes, podendo o não recebimento desses dividendos ter um efeito material adverso no valor justo da Unitel.

Outros acionistas da Unitel alegaram que a venda pela PT de participação minoritária da Africatel fere o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido. O acordo de acionistas da Unitel prevê, ainda, que qualquer disputa ou controvérsia sobre os termos do acordo de acionistas devem ser decididas por arbitragem, em Paris, sob as regras da Câmara de Comercio Internacional.

Os demais acionistas da Unitel têm afirmado à PT Ventures que eles acreditam que a venda pela PT de uma participação minoritária na Africatel em 2007 constitui uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A Administração da Oi, baseada em avaliação de seus advogados externos, contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Oi não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à venda de uma participação minoritária na Africatel pela PT. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e caso uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais acionistas, a Oi poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Oi registrou em suas demonstrações financeiras com relação ao investimento indireto em Unitel. A venda da participação da PT Ventures da Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter um impacto adverso sobre condição financeira e resultados das operações da Oi.

Outros acionistas da Unitel alegaram que, como resultado da incapacidade da PT de oferecer a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da transferência da PT Portugal para a

Notas Explicativas

Oi, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor líquido dos seus ativos.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações de emissão da Unitel, com exceção de transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou ao mercado que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da PT na Unitel. Adicionalmente, a PT informou à Oi que recebeu correspondência através da qual os demais acionistas afirmaram que a contribuição de ativos pela PT, inclusive da participação indireta da PT Portugal na Unitel, no âmbito da Oferta, desencadearia esses direitos. A administração da Oi e da sua controlada PT Ventures, baseada em avaliação de seus advogados externos, contestam esta interpretação com relação ao acordo de acionistas da Unitel e acreditam que as disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel aplicam-se apenas a uma transferência direta de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Caso os outros acionistas da Unitel questionem que esta falha de oferecer a participação indireta da PT na Unitel para os demais acionistas resultaria em uma violação do acordo de acionistas da Unitel em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais acionistas, a Oi poderá ser obrigada a vender a sua participação indireta na Unitel por seu valor patrimonial líquido, o que é significativamente menor do que a Oi registrou nas suas demonstrações financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Oi.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Oi, não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à contribuição da participação indireta da PT na Unitel no contexto do aumento de capital da Oi.

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do conselho de administração da Unitel.

De acordo com o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o diretor-presidente da Unitel. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas Assembleias de Acionistas da Unitel, e, como resultado, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel foi reduzida a um único membro do Conselho desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006. Mesmo em caso de alteração do único membro do Conselho restante indicado pela PT Ventures, não está claro para a PT Ventures que os demais acionistas da Unitel irão indicá-lo conforme prevê o acordo de acionistas da Unitel.

Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada sem aprovação da PT Ventures

Pelo acordo de acionistas da Unitel, a Unitel não está autorizada a celebrar quaisquer acordos com seus acionistas ou qualquer de suas afiliadas, a menos que aprovado por deliberação de seu Conselho de Administração, adotado por, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de

Notas Explicativas

Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures de aprovar a nomeação dos seus dois membros adicionais no Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures é impedida de efetivamente exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e 6 de outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings BV de €178,9 milhões (R\$577 milhões) e US\$35,0 milhões (R\$82 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings BV, uma entidade que concorre com a PT Portugal em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, e é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, uma acionista indireta da Unitel, e de acordo com as informações públicas divulgadas pela ZON Optimus, umas das acionistas da ZOPT, SGPS, SA (que detém a maioria do capital social votante e total da ZON Optimus), um dos principais concorrentes da PT Portugal. A PT Ventures informou que seu representante no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas transações executadas pela Unitel e que a PT Ventures se absteve quando as demonstrações financeiras consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia de acionistas da Unitel.

Segundo informações da PT Ventures, a Unitel fez empréstimos adicionais com partes relacionadas durante o exercício de 2013. A falha por Unitel International Holdings BV para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Unitel.

Adicionalmente, a controlada da Oi informou-a que a Unitel tem registrado um pagamento de uma taxa de administração de US\$155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas informações financeiras não auditadas, preparadas nos princípios contábeis de Angola.

A Oi não pode assegurar que será capaz de indicar com sucesso membros adicionais para o Conselho de Administração da Unitel e, portanto, impedir a Unitel de tomar ações que requerem a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Unitel nomeados pela PT Ventures, e por consequência, impedir a aprovação de transações com partes relacionadas com os demais acionistas que acreditam ser prejudiciais para a situação financeira e para os resultados das operações da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um impacto material adverso sobre o valor do investimento na Unitel, e na posição financeira e os resultados das operações da Oi.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis na Angola expirou em abril de 2012. A Oi pode não ser capaz de fornecer todas as garantias sobre os termos em que o Instituto Nacional de Telecomunicações (*Instituto Angolano das Comunicações*) concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados das operações da Oi.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Oi a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Oi for obrigada a comprar esta participação na Africatel, ela deverá utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no plano de negócios da PT Portugal após a conclusão da Operação Societária. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Oi, haverá um efeito

Notas Explicativas

material adverso sobre a alavancagem consolidada combinada após a combinação de negócios da Oi.

A PT Portugal detém indiretamente, através da Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”), subsidiária indireta da Oi e, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel 75% do capital social da Africatel e a Samba Luxco S.à.r.l (“Samba Luxco”), uma afiliada da Helios Investors LP, detém os 25% restantes da Africatel. A Africatel detém a participação da PT Portugal em empresas de telecomunicações na África sub-sahariana, incluindo sua participação na Unitel, Cabo Verde Telecom, SA em Cabo Verde, MTC - Telecomunicações Limited na Namíbia, e CST Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outros. A Africatel GmbH e Samba Luxco são partes do acordo de acionistas pelo qual a PT Portugal detém a propriedade e gestão de controle da Africatel (“Acordo de acionistas da Africatel”).

Em 16 de setembro de 2014, a Africatel GmbH e a PT receberam uma carta da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações (“Put”) por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Oi em integralização do aumento de capital realizado no contexto da Operação.

Em resposta, em 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que não teria ocorrido qualquer ato ou fato que, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, desse lugar ao exercício da Put e informou que a Africatel GmbH pretendia disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, o que, de acordo com o acordo de acionistas da Africatel, poderia levar ao início de uma arbitragem para a resolução futura de tal matéria. Na mesma data, a Oi divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da Put e, adicionalmente, que o Conselho de Administração da Oi teria decidido autorizar a administração da Oi a tomar as medidas necessárias para a alienação das participações da Oi na Africatel.

A Africatel GmbH e a Samba Luxco já realizaram inteirações nas quais a Samba Luxco indicou a sua disposição para explorar alternativas para conseguir liquidez em relação ao seu investimento na Africatel. Caso a Oi seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel após a Operação, voluntariamente ou como resultado do exercício do direito de venda pela Samba Luxco, com base no acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos financeiros da Oi. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida da Oi, haverá um efeito material adverso sobre a sua alavancagem consolidada.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Oi na Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l (“Samba Luxco”), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Notas Explicativas

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”), detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações (“Put”) por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Oi em integralização do aumento de capital concluído em maio passado.

A Oi julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Oi deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, o que, de acordo com o acordo de acionistas da Africatel, poderá levar ao início de uma arbitragem para a resolução futura de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, uma eventual arbitragem se tornará desnecessária.

Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a PT divulgou comunicado relativamente à aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal SGPS S.A. (“PT Portugal”) em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Oi em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Oi, por parte da PT, em virtude da integralização do aumento de capital da Oi aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de parte dos Títulos, no montante de 847 milhões de Euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento do restante dos Títulos, no valor adicional de 50 milhões de Euros. A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encerrou-se o período de cura para pagamento dos Títulos com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor correspondente.

Termos do acordo celebrados entre a Oi, Telemar Participações S.A. (“TmarPart” ou “CorpCo”) e a PT relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 15 de julho de 2014, a Oi celebrou Memorando de Entendimentos com a PT, tendo por objeto fixar as bases de um acordo com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos. Em 8 de julho de 2014, nesta data, foram definidos entre Oi e PT os termos que constarão dos contratos

Notas Explicativas

definitivos e que seriam submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT.

Em 8 de setembro de 2014, foram aprovados, pela Assembleia Geral de acionistas da PT e pelos Conselhos de Administração da Oi e da TmarPart, os termos e condições dos contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os referidos contratos foram celebrados na mesma data, entre a Oi, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a PT. Os contratos preveem (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transferirão os Títulos à PT em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Oi (ou da CorpCo, se após a incorporação de ações da Oi pela CorpCo, conforme previsto na reorganização societária objeto dos Fatos Relevantes de 1 de outubro de 2013, 20 de fevereiro e 8 de setembro 2014, e de titularidade da PT, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Oi em favor da PT (“Opção”).

A Oi protocolou consulta à CVM a respeito da Permuta e da Opção e a sua efetiva implementação está sujeita à manifestação da CVM.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças (“Contrato de Permuta”)

As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta pela qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna (“Permuta”).

Com a implementação da Permuta, a PT passará a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Oi somente prestar o suporte documental à PT para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias da Oi e dos Títulos à PT, deverá ser realizada no prazo de até três dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Em caso de não aprovação até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumir a Permuta, nos termos previstos nos contratos definitivos.

Em setembro de 2014, o valor de mercado correspondente a totalidade das ações a serem recebidas na operação de permuta, estimado com base em cotação de bolsa da mesma data é de R\$2.500 milhões.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi (ou do número correspondente de Ações da CorpCo, após a Incorporação de Ações (“Ações Objeto da Opção”)) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
------------------------	--

Notas Explicativas

A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Oi (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi ou a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da CorpCo, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT; (ii) a PT passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

No dia 11 de novembro de 2014 a opção de compra acima mencionada, que se encontra sujeita a aprovação da CVM, apresenta um valor justo estimado de R\$411 milhões calculados pela Oi com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da PT

Notas Explicativas

Além dos contratos definitivos relacionados às aplicações financeiras realizadas nos Títulos, também foram celebrados em 8 de setembro de 2014 aditivos aos contratos firmados em 19 de fevereiro de 2014 e que regulam a Operação, para prever, entre outros temas: (i) a extensão dos prazos para a realização da Operação; (ii) que a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT; e (iii) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio.

Será definida uma nova estrutura de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, passando o primeiro Conselho de Administração da CorpCo a ser eleito em preparação para a sua adesão ao Novo Mercado a ser assim composto: Antônio Gomes Mota, Fernando Magalhães Portella, Fernando Marques dos Santos, Paulo José Lopes Varela, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Rafael Luís Mora Funes, Renato Torres de Faria, Rui Horta e Costa, Sérgio Franklin Quintella, Thomas C. Azevedo Reichenheim e Vitor da Conceição Gonçalves.

Outras informações

A Oi ressalta que a celebração dos contratos definitivos de 8 de setembro de 2014 possibilitará que a operação de combinação de negócios e das bases acionárias da Oi e da PT, continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado e aceleração das sinergias criadas pela transação.

(ii) Outras informações relevantes dos segmentos de negócios

Segmento de Shopping Centers

Em abril de 2014, a Iguatemi finalizou a aquisição de 14% da fração ideal do Shopping JK Iguatemi por R\$178.090, passando a partir de 1º de abril de 2014, a deter 64% de fração ideal do Shopping JK Iguatemi, através das empresas JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliárias S.A. ("JKIG") e JK Iguatemi Estacionamento Ltda ("JKES"), que passaram a ser consolidadas nas informações trimestrais da Companhia de forma integral e não mais pelo método de equivalência patrimonial.

Os fluxos de caixa agregados advindos da obtenção do controle do Shopping JK Iguatemi foram apresentados separadamente e classificados como atividade de investimento, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	11.459
Contas a receber	13.159
Outros ativos	13.455
Propriedade para investimento	492.831
Passivo circulante	(19.147)
Passivo não circulante	(108.082)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	403.675
Eliminação do saldo inicial de investimento não consolidado	(225.585)
Preço total de compra da propriedade para investimento liquidado em caixa	178.090
Caixa adquirido das investidas JKIG e JKES	(11.459)
Caixa pago pela propriedade líquido do caixa adquirido	166.631

Notas Explicativas

Em 04 de fevereiro de 2014, a controlada direta Iguatemi comunicou a permuta de um terreno para a construção de um Premium Outlet em Tijucas, região metropolitana de Florianópolis – SC. O Premium Outlet terá 30.000 metros quadrados de ABL (Área Bruta Locável), com conclusão prevista para Outubro de 2015.

Em 20 de dezembro de 2013, a Iguatemi assinou contrato de permuta de terreno de 200 mil m² para construção de um Premium Outlet em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. O Premium Outlet terá 30.300 m² de ABL, onde a Iguatemi terá 54,0% do empreendimento, a construtora São José terá 36,0% e os demais sócios terão os 10,0% remanescentes. O investimento total no Outlet será de R\$140.700, com previsão de inauguração para o mês de outubro de 2016.

Segmento de Telecomunicações

(a) Incorporação da TNL PCS

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Oi no Brasil.

(b) Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado nas Informações Trimestrais da Oi, em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$1.322 milhões.

Em 24 de junho de 2014, a Oi firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 1.641 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo montante global aproximado de R\$ 1,2 bilhão. A conclusão da transação está prevista para ocorrer em dezembro 2014.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 18 de abril de 2014, passou a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Oi e a sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,65%, tarifas de interconexão local (TU-RL) em 10,69%, a partir do dia 17 de abril de 2014, e reajuste do valor do crédito para utilização dos Telefones de uso Público em 0,40%.

(d) Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A.

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas com o objetivo de viabilizar uma proposta para a aquisição da participação detida indiretamente pela Telecom Italia SpA na TIM Participações S.A.

Notas Explicativas

Telemar

Liquidação total das dívidas

Debêntures

Nos meses de abril, maio e junho de 2014 a Telemar amortizou integralmente os seguintes montantes (principal e juros) referentes as debêntures correspondentes:

- 8ª emissão (2ª série): R\$487.998
- 9ª emissão (1ª série): R\$55.803
- 9ª emissão (2ª série): R\$51.752
- 9ª emissão (3ª série): R\$48.257
- 9ª emissão (4ª série): R\$45.190
- 9ª emissão (5ª série): R\$42.509
- 10ª emissão – R\$565.215
- 11ª emissão – R\$532.141

Empréstimos para Capital de Giro

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o empréstimo contraído em 2 de abril de 2014 no valor de R\$110.000 com o Banco HSBC, através de Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro (CCB), com o pagamento de R\$112.335.

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o empréstimo contraído em 11 de abril de 2014 no valor de R\$250.000 com o Banco do Brasil, através de Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro (CCB), com o pagamento de R\$251.595.

Ações preferenciais resgatáveis

Em maio de 2014, a Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das ações preferenciais resgatáveis (600.003) ações pelo BNDESPAR, no valor de R\$743.773, acrescida de juros no montante de R\$306.149 e dividendos fixos no valor de R\$75.793. O referido resgate não importou na redução do capital da Telemar, sendo as mesmas canceladas após o resgate.

Usufruto de ações

Em maio de 2014, a Telemar realizou a extinção antecipada do contrato de usufruto com o Banco Itaú BBA e realizou o pagamento integral do principal e dos juros do, no montante de R\$241.275 e R\$25.032, correspondentemente.

Em junho de 2014, a Telemar realizou a extinção antecipada do contrato de usufruto com o Banco Votorantim e realizou o pagamento integral do principal e dos juros do, no montante de R\$74.131 e R\$15.944, correspondentemente.

Celebração de contrato de mútuo

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o Mútuo tomado com a sua controlada Valverde com o pagamento no montante de R\$45.304.

Notas Explicativas

Notas promissórias

Em abril de 2014, a Telemar liquidou a 3ª emissão das notas promissórias, no valor total de R\$109.396.

LF Tel

Em 5 de maio de 2014, a LF Tel integralizou as debêntures emitidas pela Nanak no valor de R\$125.932.

Nos dias 5 e 16 de maio de 2014, a LF Tel realizou a liquidação de sua quarta emissão de debêntures mais juros com o pagamento no valor de R\$642.640.

Em 19 de maio de 2014 a LF Tel realizou o pagamento de parte do contrato de empréstimo celebrado com o Banco do Brasil, com o pagamento de principal mais juros no montante de R\$42.957.

Segmento de Contact Center e Cobrança

(a) **Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados**

A discussão sobre novas normas de restrição à terceirização teve grande avanço com tratamento dado pelo Superior Tribunal Federal (STF), com a decretação da repercussão geral e a decisão de que a Corte irá se pronunciar a respeito do assunto.

Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos.

Atualmente, não dispomos de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

(b) **Capital circulante líquido**

Em 30 de setembro de 2014, a Contax Participações apresentou capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R\$219.291 (31/12/2013 - R\$15.083). A Contax Participações continua realizando ações para a reestruturação e o alongamento do perfil de sua dívida.

No ano de 2013, o trabalho de reestruturação organizacional foi significativo devido a uma série de ações com o objetivo de ampliar a sua produtividade e a integração dos seus negócios, tais como devolução de sites, movimentação de funcionários e centralização de estruturas.

A Administração da Contax Participações acredita que os seus recursos disponíveis são suficientes para suas necessidades presentes de capital de giro e necessidades previstas para as despesas de capital para os próximos 12 meses.

(c) **Novo plano de opção de compra de ações da Contax Participações**

Notas Explicativas

Em 30 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações da Contax Participações.

São elegíveis a participar do plano e adquirir ações da Contax Participações no mercado, os seus administradores e empregados de nível gerencial e de sociedades controladas, considerados “executivos-chave”, indicados pelo Comitê de Gestão de Pessoas e aprovados pelo Conselho de Administração da Contax Participações.

A Contax Participações conduzirá tal operação por meio de corretora. O plano determina que os executivos mantenham a propriedade das “ações próprias” pelo período mínimo de um ano, quando então são outorgadas ao beneficiário ações da opção e no máximo quatro anos.

(d) Incorporação

Em 1º de julho de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Contax Participações, a realização da incorporação reversa entre a Contax S.A., controlada direta, e a Contax-Mobitel S.A., controlada indireta e subsidiária integral da Contax S.A. Essa operação não acarretou qualquer variação patrimonial junto à Contax Participações, tendo única e exclusivamente propiciado a simplificação da sua estrutura societária, bem como aumentado a sinergia operacional entre suas controladas.

(e) Emissão de debêntures

Em setembro de 2014, a Contax-Mobitel captou o montante de R\$310.000 originários da emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com emissão de 31.000 debêntures em série única, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de setembro de 2014. O valor nominal das debêntures será pago no prazo de 18 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de março de 2016.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

No dia 6 de outubro de 2014, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, tendo em vista, a aprovação em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 10 de março de 2014 da proposta de reconsideração das deliberações que aprovaram a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias e a alteração do percentual de seu dividendo obrigatório, operações que constituíam etapas da reorganização societária divulgada ao mercado por meio dos Fatos Relevantes de 13 de junho de 2013 e 06 de dezembro de 2013 (“Reorganização Societária”) (Nota 1 (b)) e que, como consequência da reconsideração destas deliberações, as demais etapas da Reorganização Societária não tiveram eficácia, os Conselhos de Administração da Companhia e da JPP aprovaram, nesta data, proposta para reversão da Reorganização Societária com o objetivo de regredir a situação jurídica da Companhia e da JPP para o *status quo* anterior ao do início da Reorganização Societária (“Reversão”).

A Reversão, tal como proposta, será realizada por meio da incorporação da JPP, sociedade criada para os fins da reorganização societária, pela Companhia o que resultará na extinção de pleno direito da JPP e o recebimento, pelos acionistas da JPP, na proporção de suas participações no capital da JPP, da mesma quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pela JPP imediatamente antes da incorporação (“Incorporação JPP”).

Notas Explicativas

Considerando que o único ativo da JPP são as ações da Companhia e que a JPP não possui qualquer passivo, a Incorporação JPP não resultará em aumento do capital social da Companhia, nem tampouco na emissão de novas ações, de forma que não haverá qualquer diluição os acionistas minoritários da Companhia em decorrência da Incorporação JPP. A relação de troca na Incorporação JPP será determinada objetivamente, de forma que, com a Incorporação JPP, os acionistas da JPP receberão a mesma quantidade de ações da Companhia detidas pela JPP no momento imediatamente anterior à Incorporação JPP, na proporção da participação por eles detida na JPP na data da Incorporação JPP.

Em função dessas características e também em razão de não haver direito de recesso em razão da Incorporação JPP, a Companhia e a JPP apresentou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, um pedido de dispensa da apresentação dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos da Companhia e da JPP a preços de mercado, a que se refere o art. 264 da Lei das S.A.

Previamente à aprovação da Incorporação JPP, será realizado um aumento de capital da JPP, de modo a assegurar que, após a Incorporação JPP, os atuais acionistas da JPP detenham a mesma participação na Companhia por eles detidas anteriormente à Reorganização Societária.

Uma vez recebida a resposta da CVM ao pedido de dispensa da apresentação dos laudos de avaliação a que se refere o art. 264 da Lei das S.A. e concluídos todos os documentos relativos à Incorporação JPP, a Incorporação JPP será submetida a novas aprovações pelos conselhos de administração da Companhia e da JPP.

As informações exigidas pela Instrução CVM nº 319/99 serão divulgadas ao mercado quando da convocação das assembleias gerais de acionistas da Companhia e da JPP que deliberarão sobre as operações.

Segmento de Telecomunicações

Oi

Recebimento de Proposta de Aquisição de negócios da PT Portugal

Proposta firme feita pela Altice

A Oi recebeu, no dia 2 de novembro de 2014, uma proposta firme feita pela Altice S.A. para a compra de ativos da PT Portugal SGPS, S.A. relacionados com suas atividades operacionais (“Alvo”) com base em um valor da empresa (“*enterprise value*”) de 7 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida.

O “*enterprise value*” da proposta considera um “*earn-out*” (pagamento diferido) de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de receitas, além de um “*earn-out*” de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de fluxo de caixa operacional livre. O preço final estará sujeito a ajustes comuns em operações de compra e venda de empresas.

Não fazem parte do Alvo objeto da proposta os investimentos da PT Portugal na Africatel GmbH & Co. KG e Timor Telecom S.A., o endividamento da PT Portugal e os investimentos na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT, sujeita à aprovação pela CVM).

Proposta firme feita pela Apax em conjunto com Bain Capital

Notas Explicativas

No dia 11 de novembro de 2014, a Oi recebeu uma proposta feita pela Apax Partners LLP (“Apax”) em conjunto com Bain Capital LLP (“Bain Capital”), na qualidade de assessores de investimento de Apax VIII fund e Bain Capital Funds para a compra de ativos da PT Portugal SGPS, S.A. (“Alvo”) com base em um valor da empresa (“*enterprise value*”) de 7 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida.

O “*enterprise value*” da proposta considera um “*earn-out*” (pagamento diferido) de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de receitas, além de um “*earn-out*” de 400 milhões de Euros sujeito a geração de EBITDA. O preço final estará sujeito a ajustes comuns em operações de compra e venda de empresas.

Não fazem parte do Alvo objeto da proposta os investimentos da PT Portugal na África, o endividamento da PT Portugal e os investimentos na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a Portugal Telecom SGPS, S.A., sujeita à aprovação pela CVM). As propostas foram submetidas para análise e decisão do Conselho de Administração da Oi.

Renúncia do Diretor Presidente

No dia 7 de outubro de 2014, o Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava renunciou ao cargo de Diretor Presidente da Oi. Nos termos do artigo 30-A do Estatuto Social da Oi, a Diretoria, em reunião realizada na referida data, designou o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para acumular suas funções atuais de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores com as funções de Diretor Presidente, até que o Conselho de Administração da Oi delibere sobre a indicação de substituto para o cargo.

Grupamento de ações

O Conselho de Administração da Oi aprovou, em 15 de outubro de 2014, proposta a ser submetida à AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Oi que será convocada para o dia 18 de novembro de 2014, para o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie seja grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Oi negociadas na NYSE na forma de ADSs também serão objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

A proposta de grupamento tem por objetivo a redução da volatilidade das ações de emissão da Oi, decorrente do momento em que a cotação das ações no mercado encontra-se reduzida. Com a operação pretende-se proteger a Oi e seus acionistas das flutuações percentuais resultantes de pequenas alterações na cotação das ações e, ao mesmo tempo, evitar que acionistas, especialmente fundos de investimento estrangeiros, sejam impedidos de investir em ações da Oi por conta da cotação das ações. Além disso, a proposta de grupamento visa atender aos requisitos do Regulamento de listagem da NYSE que exige, dentre outros requisitos, que o preço médio de fechamento das ações das sociedades nela listadas se mantenha igual ou superior a US\$ 1 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Como resultado do grupamento, as atuais 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passarão a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Oi. Uma vez aprovado o grupamento pela Assembleia Geral de acionistas da Oi, será concedido prazo de 30 dias, contados da publicação de Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a realização da

Notas Explicativas

referida assembleia, para que os acionistas detentores de ações ordinárias ou preferenciais que desejarem possam ajustar suas posições de ações, por espécie, em lotes múltiplos de dez ações, mediante negociação na BM&FBOVESPA, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Oi com pelo menos uma ação após a efetivação do grupamento.

Transcorrido o prazo de 30 dias para o ajuste das participações pelos acionistas da Oi, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento serão separadas, agrupadas em números inteiros, e vendidas em tantos leilões quantos forem necessários, a serem realizados oportunamente na BM&FBOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação das frações de ações disponibilizados aos respectivos acionistas, após a liquidação financeira da venda.

LF Tel

Em reunião do Conselho de Administração da LF Tel, realizada em 27 de outubro de 2014, foi aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta (categoria A) da LF Tel, bem como, autorizar a realização de todo e qualquer ato pela administração da LF Tel junto à CVM relacionado a este cancelamento.

Segmento de Contact Center e Serviços

Em 06 de outubro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Contax Participações a proposta de abertura do 6º Programa de Recompra de Ações da Contax Participações, até o limite de 2,08% das ações ordinárias e preferenciais em circulação, nos termos da Instrução CVM 10/80 e alterações posteriores, nas seguintes condições: (i) Objetivo: realizar lastro para utilização no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Contax Participações S.A. realizada em 30/04/2014; (ii) Quantidade de ações/units: até 1.006.289 units – representantes de 1.006.289 ações ordinárias e 4.025.156 ações preferenciais; (iii) Prazo para a realização das operações: 365 dias a contar desta data, encerrando-se em 05.10.2015; (iv) Quantidade de Ações em circulação no mercado: 48.518.902 ações ordinárias e 194.214.163 ações preferenciais; e (v) Instituições Financeiras: Itaú Corretora de Valores S.A.; Bradesco S.A. CTVM; Credit Suisse (Brasil) S/A CTVM e Brasil Plural Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

A Diretoria da Companhia em 14 de novembro de 2014 submeteu estas Informações Trimestrais à apreciação do Conselho de Administração da Companhia e aprovou as presentes Informações Trimestrais, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre estas Informações Trimestrais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e Administradores da

Jereissati Participações S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Os dados aqui apresentados são os dados contábeis intermediários individuais e consolidados da Jereissati Participações S.A. e não representam uma garantia de que os dados aqui apresentados são corretos e completos. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas aqui apresentadas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3